ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

ATA Nº 021

PRESIDENTE - DEPUTADO ZECA VIANA

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Boa tarde a todos!

Sejam muito bem-vindos!

Muito obrigado pela presença de todos!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, Deputado Zeca Viana, com o objetivo de debater o cumprimento da Lei Complementar nº 527, de 10 de dezembro de 2014, bem como o descumprimento do dispositivo da Lei nº 10.311/2015, as quais garantem o repasse de 10% do Fundo de Erradicação da Pobreza às instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência.

Eu quero convidar para compor a mesa a Sr^a Deputada Janaina Riva; Sr^a Roberta de Castro Pinto Penha, Exm^a Secretária Adjunta de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN; Dr^a Salete Maria Búfalo Poderoso, Promotora de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de Mato Grosso; Sr^a Marlene Brito Brunetto, Vice-Prefeita do Município de Santo Antônio do Leste; Vereador Nildomar Gusmão de Sousa, 2º Secretário da Câmara Municipal de Castanheira; Sr^a Adenir Nunes Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Física de Cuiabá; Sr^a Ivani Almeida da Costa, Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Mato Grosso; Sr^a Cláudia Regina de Souza Germano, Diretora Pedagógica, neste ato representando o Sr. Zoro Babel Hartung Júnior, Presidente Executivo da Associação Pestalozzi de Várzea Grande; Sr^a Tibúrcia Siqueira Faria, Presidente da Pestalozzi do Município de Cuiabá; Sr. Abimael Costa Melo, Presidente da Associação da Espinha Bífida de Mato Grosso; Sr. Adilson César de Arruda, Conselheiro do Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência e Membro da Diretoria da Federação Mato-grossense de Desporto para Cegos de Mato Grosso (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

A SR^a MESTRE DE CERIMÔNIA (ANA PAULA MARIA DE ASSIS DE CARVALHO) - Agradecemos a presença das seguintes autoridades: Sr^a Iva Viana, esposa do Deputado Estadual Zeca Viana; Sr. Marcelo Queiroz, Vereador do Município de Santo Antônio de Leverger; Sr. João Martins, Vereador da Câmara Municipal de São José do Rio Claro; Sr. Pedro Fernandes de Gois, Vereador do Município de Lucas do Rio Verde; Sr. Deroci de Matos, Vereador do Município de Paranatinga; Sr^a Elzira Salete Bergamin Lima, Vereadora do Município de Juína; Vereador Laudir Martarello, Presidente da Câmara Municipal de Pedra Preta; Sr^a Kátia Cilene Rosa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Gusmão de Sousa, Presidente da Associação dos Amigos da Equoterapia do Município de Castanheira; Sr^a Anedina Francisca Alves, Diretora da APAE do Município de Cáceres; Sr^a Salete Mikoczak, Diretora da APAE do Município de Querência; Sr. Sebastião Carlos Pinto, Diretor de Patrimônio da APAE do Município de Campo Novo do Parecis; Sr. Rogério Gatto, Diretor Financeiro da APAE do Município de Sorriso; Leonir Felisbino Gonçalves Morbeck, da APAE do Município de Paranatinga; Sr. Evandro Silva Salvador, Presidente da APAE do Município de Paranatinga; Sr^a Marta Regina da Silva Soares, Secretária Administrativa, neste ato representando a Presidente da APAE do Município de Barra do Bugres, Sr^a Terezinha Laudemia Florindo; Sr^a Daiana Garbujo, membro da Diretoria da APAE de Campo Verde; Sr. Cássio Beal, Diretor da Associação Pestalozzi do Município de Cláudia; Sr^a Doracy Gomes Nonato, Presidente da APAE de Mirassol d'Oeste; Sr. Marcino Benedito de Oliveira, Coordenador de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso; Sr^a Zilda Orlando Padoan, Secretária Administrativa e Financeira, neste ato representando o Presidente da APAE do Município de Tangará da Serra; Diretor Márcio Dominique; Sr^a Miriam Zanete, neste ato a Presidente da APAE do Município de Matupá, Sr^a Nadir Scatola Pichle; Sr^a Inaê Tereza de Almeida da Costa Vilela, Presidente da Associação Pestalozzi de Cuiabá; Sr^a Kaceli Gaiva, Presidente da APAE do Município de Poconé; Sr^a Cynthia Aparecida Eubank de Arruda Volpato, Diretora da APAE do Poconé; Sr^a Clotilde Leal da Silva Martins, professora, neste ato representando a APAE do Município de Colniza; Sr. Rubens Dias da Silva, Coordenador de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência do Estado de Mato Grosso; Joseliene da Silva Souza, Presidente da APAE do Município de Chapada dos Guimarães.

Agradecemos a presença dos alunos da Associação Pestalozzi de Cuiabá; dos alunos e professores do Centro Pedagógico de Ensino Especial do Município de Cuiabá; dos servidores das APAES dos municípios de Pedra Preta, Canarana, Aripuanã, Lucas do Rio Verde; Poconé, São José do Rio Claro, Araputanga, Santo Antônio do Leste, Comodoro, Diamantino, Cáceres, Tangará da Serra, Querência, Sorriso, Barra do Bugres, Matupá, Castanheira, Paranatinga, Colniza, Chapada dos Guimarães, Vera, Mirassol d'Oeste, Santo Antônio de Leverger e Campo Novo do Parecis.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Eu quero agradecer a presença das autoridades; da Secretária Adjunta, que vai ter que sair. Eu lamento, porque vamos ficar aqui, por enquanto, sem ninguém do Governo para discutir.

Mas não tem problema, Secretária. Nós entendemos o seu trabalho, a sua missão. Então, eu agradeço, a princípio, a sua presença e vamos deixar para uma próxima nós discutirmos.

Muito obrigado, Secretária!

A SR^a ROBERTA DE CASTRO PINTO PENHA - Eu agradeço também o convite. Nós viemos da SEPLAN para prestigiar, ouvir e saber um pouco desta Audiência Pública, quais são as reivindicações, porque não somos a Secretária responsável pela execução da política. Então, viemos mais para conhecer.

Nós estamos elaborando uma LDO agora, então precisaremos saber quais são as demandas para colocá-las. Infelizmente, a Secretária SETAS não está presente, mas o que eu tenho conhecimento é que eles estão se reunindo com o Conselho do Fundo para regulamentar o Fundo.

Esse é o meu conhecimento, Deputado. Eles estão regulamentando a forma de repasse e aí vão levantar a arrecadação, quanto será a arrecadação do Fundo para repassar os valores. Mas isso tem que ser regulamentado por decreto. É isso que está faltando e não tem ainda essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

regulamentação. O que a SETAS nos passou é que ela está em reunião com o Conselho do Fundo e vai regulamentar. Então, infelizmente, é a única coisa que eu posso passar para vocês.

Eu acredito que a SETAS no momento oportuno vai conversar com o Deputado e vai esclarecer todos os pontos. Mas eu vou ter pessoa da nossa equipe aqui para anotar todas as reivindicações de vocês, que eu acho importante colocarmos na LDO e na próxima LOA que estaremos elaborando.

Eu peço desculpa antecipada da minha saída, porque fui convocada para uma reunião urgente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Eu só quero alertar a Secretária que ela já está na LOA de 2016, foi colocada uma emenda de 2015 para 2016. Então, já constam esses 10% para repasse da APAE. Parte do repasse já está prevista no orçamento. O que está faltando é o Governo fazer os ajustes lá...

A SR^a ROBERTA - Regulamentar, por meio de um decreto, ele consiga executar em 2016. É isso que está faltando mesmo que a SETAS tem que fazer.

Obrigada a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Secretária.

Senhoras e senhores aqui presentes, muito obrigado a todos! Eu sei que tem pessoa que veio de longe do nosso Estado, um Estado que tem uma dimensão territorial, continental, em relação a outros. E tenho certeza de que todos vocês que vieram aqui, vieram atrás de um objetivo só, que é de exigir o que é de direito dos senhores e das senhoras, coisas que nós na política ainda estamos deixando a desejar e temos que fazer uma Audiência Pública para cobrar o que é de direito nosso.

Eu lamento essa situação, porque eu tenho certeza que não era necessário. Se nós fôssemos ter um trabalho sério dentro da vida pública não teria necessidade de fazer esses deslocamentos, essas Audiências Públicas, para cobrar uma coisa que está na Lei, que está prevista na LDO, que é direito de todas as entidades que trabalham com as pessoas que mais precisam, com as pessoas que têm deficiência, que requerem um tratamento com muito carinho, com muita dedicação das pessoas normais.

Eu confesso que tem momentos que fico pensando da coragem, da dedicação dos Presidentes das APAEs por esse dom, essa dedicação ao tratar desses seres humanos, aos quais o Governo parece não ligar muito; parece que não faz parte da estatística dos governos, porque as pessoas que mais necessitam, parece que são as mais esquecidas.

É lamentável! Mas, infelizmente, é isso que nós vemos. Se não fosse uma sociedade bastante unida, bastante dedicada, eu tenho certeza que teriam muitas APAEs nos nossos municípios já fechadas, sem condições de trabalhar.

O mínimo que nós estamos fazendo, nós Parlamentares, é buscar mecanismo para que façamos o Executivo ter uma atenção melhor, uma atenção mais permanente com essas instituições. E a forma de fazer isso é criando mecanismos para que o Governo possa ajudar, sim, financeiramente, porque nós sabemos que de outra forma se torna mais difícil.

E esse projeto, de minha autoria, que tira 10% do Fundo de Erradicação da Pobreza para repasse às APAEs e às Instituições é um projeto que não vai solucionar, não vai resolver o problema das APAEs, mas tenho certeza que vai ajudar muito as pessoas dedicam a vida toda, o tempo todo, em cuidar desses alunos. O mínimo que esse Governo pode fazer é dar essa atenção por intermédio de recursos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Eu quero agradecer e convidar a Deputada Janaina Riva, a Deputada mais linda desta Assembleia Legislativa, para fazer parte da mesa. (PALMAS)

Então, meus amigos, nós Parlamentares temos que buscar essa forma, e é o que nós fizemos. Nós apresentamos a Lei em 2013, a Assembleia Legislativa aprovou-a e o ex-Governador Silval Barbosa vetou-a. Voltou para a Assembleia Legislativa esse Veto e, em 2014, nós derrubamos o Veto do Governador e, então, ela se transformou em lei.

Em 2015 o Governador Pedro Taques não fez nenhum repasse desse Fundo para as entidades.

No final de 2015, por intermédio de uma emenda na LDO, previmos e preservamos esses recursos e se tornou obrigatório o Governo repassar.

Agora, claro depende de ajustes lá dentro e a Secretária falou de regulamentação, de decreto.

Gente, existe uma lei, existe a reserva, a previsão dentro da LDO.

Então, não tem o que esperar muito. É claro que eu sei, eu entendo que as dificuldades são tantas, mas precisamos cobrar do Governador realmente a eficiência dos trabalhos, fazer com que as coisas aconteçam, porque, se ele estivesse fazendo os repasses, não teríamos a necessidade hoje de estar nesta Audiência Pública.

Esta Audiência Pública é exatamente para discutimos porque ele não está fazendo o repasse.

Infelizmente a Secretária, a Subsecretária, falou que não era a pasta dela que deveria vir aqui para explicar.

Mas deixemos para lá, gente.

O que interessa para debatermos aqui é buscar um entendimento para que façamos com que o Governador entenda a necessidade e realmente cumpra a lei. Simplesmente é isso que queremos, que se cumpra o que está escrito na lei.

Quero passar a palavra agora a minha Secretária Wélyda Cristina Carvalho, que vai fazer uma apresentação.

Quero agradecer a presença do Deputado Dr. Leonardo, que também é um grande defensor das APAEs no nosso Estado .

Seja bem vindo, Deputado. Muito obrigado por sua presença. (PALMAS)

A SR^a WÉLYDA CRISTINA CARVALHO - Boa tarde a todos!

Cumprimento o auditório. Sejam muito bem vindos! Muito obrigada pela presença de todos.

Meu nome é Wélyda Cristina, trabalho no gabinete 214, sou Assessora Jurídica do Deputado Zeca Viana.

A presença de vocês hoje é muito importante, porque vocês são os protagonistas desta Audiência Pública.

A Audiência Pública foi proposta pelo Deputado Zeca Viana, tem o objetivo de debater o efetivo cumprimento da Lei Complementar nº 527, de 10 de fevereiro de 2014.

Veja bem, a Lei entrou em vigor no dia 10 de fevereiro de 2014. Como a Lei não estava sendo cumprida, o Deputado já fez a explanação inicial, foi implementada, como está no *slide*, vamos discutir a execução da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Ele implementou na Lei de Diretrizes Orçamentária em 2015 uma emenda garantindo a finalidade da lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Do que trata essa Lei nº 527, de 10 de fevereiro de 2014?

Ela trata de assegurar que no Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza seja previsto um valor de arrecadação, 10%, e seja repassado para as APAES, PESTALOZZIS e Associações afins. Cria como finalidade dentro do Fundo Estadual da Pobreza o repasse financeiro às Associações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência.

Como o Deputado explicou, o projeto dele é de 2012, mas teve o Veto do Governo à época, Silval Barbosa, o projeto retornou, o Deputado, com o apoio dos outros Parlamentares, que foram muito sensíveis à questão social, derrubou, a Lei foi promulgada e entrou em vigor em 10 de fevereiro. No entanto...

E o que diz expressamente essa lei?

“Art. 3º (...)

III - repasse de 10% do valor para a manutenção e desenvolvimento das instituições devidamente constituídas voltadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência.”

Como em 2014 não houve o repasse, e nós não podemos confundir a Fonte de arrecadação. Esse Fundo tem uma Fonte específica, a 172, enquanto que o repasse da Secretaria de Estado de Educação tem outra Fonte específica, que eu acho que esses recursos são repassados para as APAEs. Certo?

Nós não estamos confundindo aqui esse recurso com esse específico da Fonte 172.

Como não estava...

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Desculpe-me, Wélyda.

Eu quero agradecer a presença e chamar a Deputado Wancley Carvalho para fazer parte da nossa mesa.

Obrigado, Deputado Wancley Carvalho. (PALMAS)

A SRª WÉLYDA CRISTINA CARVALHO - Seja bem-vindo, Deputado!

Pela inexecução da lei, foi proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como o Deputado disse, a garantia.

Ali está a assistência social. Esse recurso é diretamente ligado à Secretaria de Estado de Transporte e Assistência Social. Não é ligado à Secretaria de Educação.

Os senhores compreenderam que um recurso é de uma Fonte e o outro é de outra?

Nós estamos discutindo o recurso do Fundo de Erradicação da Pobreza. Ele assegurou na Lei de Diretrizes, que foi publicada no dia 14 de setembro de 2015, porque é a Lei de Diretrizes, com a previsão do repasse, que é o que estava previsto na Lei Complementar de autoria do Deputado.

Como não estava sendo realizada, houve a necessidade de prever na lei do orçamento.

Agora eu pergunto aos senhores hoje, os grandes protagonistas desta Audiência Pública, quanto o Fundo de Erradicação de Combate à Pobreza arrecadou? Alguém sabe com clareza, quanto arrecadou?

No próximo *slide* vamos ver com muita clareza o valor, porque esta Audiência Pública visa ter resultado.

Nós não chamamos os senhores aqui a se deslocarem de tão longe, mil quilômetros, porque sabemos da extensão territorial de Mato Grosso, para chegar e ficar ouvindo,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

não. Nós queremos efetividade. Então, vamos ver no próximo *slide* quanto o Fundo arrecadou, porque não tem desculpa. O dinheiro está lá, foi arrecadado.

Vejam: ICMS na Fonte 172 - no ano de 2014, que foi o ano que a lei foi publicada e entrou em vigor, cento e trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e três centavos; em 2015, cento e quarenta e três milhões.

Desse dinheiro, quanto por cento é passado para as APAEs? Está aqui o valor exato: catorze milhões, trezentos e trinta e nove mil reais. Aí eu pergunto - hoje farei a indagação e vocês responderão, porque terão os minutos destinados aos representantes para dizer -: os recursos da Fonte 172 foram efetivamente repassados para as APAEs, Pestalozzis e afins?

Quando encerrarmos a apresentação... Eu estou conseguindo transmitir com clareza para vocês? Porque, quando estamos aqui na frente, muitas vezes, deixamos passar alguma coisa despercebida.

A estimativa de arrecadação no ano de 2016: setenta e quatro milhões de reais. Só que eu verifiquei o Balancete Geral apresentado pelo Estado de Mato Grosso. Vocês perceberam que, em 2015, eram cento e quarenta e três milhões de reais? Por que reduziu drasticamente esse valor? E, digo mais, o balancete apresentado nos revela que o Governador no ano de 2015, de ICMS, arrecadou sete bilhões de reais, e ele previu seis bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões de reais. Então aquele valor eu acredito que deve sofrer um reajuste. Ele não será só setenta e quatro milhões de reais, conforme saiu publicado na página 14, do Diário Oficial do dia 30 de dezembro.

Mas, vamos voltar, mesmo que fosse os setenta e quatro milhões de reais, como está na estimativa de arrecadação, as APAEs teriam que receber esse valor aqui (sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezessete centavos).

(A SR^a WÉLYDA CRISTINA CARVALHO INDICA OS DADOS INFORMADOS NO DATASHOW.)

A SR^a WÉLYDA CRISTINA CARVALHO - O Deputado Zeca Viana propôs a Emenda nº 226 ao Projeto de Lei nº 613, esse Projeto trata da Lei Orçamentária Anual. Como já estava previsto, nós sabemos que a LOA é para executar a despesa, o repasse, o que ganha, o que o Estado executará em valores, ele propôs a Emenda, no entanto a Emenda foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, mas não foi por um problema de legislação, a questão é efetividade, é executar. As APAEs estão ou não recebendo o repasse do Fundo de Erradicação da Pobreza?

Nós estamos muitos sedentos para ouvir vocês! Essa é uma oportunidade ímpar de as APAEs estarem aqui. Olhem o tanto de gente que veio de longe, enfrentando as dificuldades de deslocamento e dificuldades financeiras mesmo. Nós sabemos que têm APAEs que estão fechando no interior, sabemos disso. Por falta de quê? De recurso, de atenção.

E já que eu entrei nessa questão, eu gostaria de falar de um decreto que nós temos, um Decreto Federal, a título mesmo conhecimento, já que não está previsto no meu *slide*, mas me ocorreu agora, eu me lembrei dele. É um decreto que ratificou a Convenção Internacional dos Direitos dos Portadores de Deficiência. Esse decreto foi aprovado no Congresso Nacional por dois terços de seus membros, isso implica dizer que ele tem status de Emenda à Constituição. Então vejam a importância que tem esse assunto que nós estamos tratando aqui. É o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo. O tema é muito importante, e o Deputado se preocupou com isso desde lá atrás, desde 2012, porém não conseguiu. Então, em 2014, a lei entrou em vigor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Aí tem a LOA. Foram publicados esses valores de que falei para vocês na página 14 do Diário Oficial do dia 30 de dezembro. Eu mostrei a arrecadação do ICMS. Estamos aqui para trabalhar com números, apresentar valores, dados oficiais, porque isso aqui está no Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2015, relatório do cantador página 15.

Senhores representantes, a luta pela melhoria da condição social das APAEs e Pestalozzis e a luta pela efetividade da dignidade da pessoa humana é de todos nós. Não só o Estado, mas todos nós, como parcela da sociedade, temos essa responsabilidade.

Assim eu gostaria de encerrar, porque, na verdade, tinha que ser uma explanação bem rápida, coesa e objetiva para vocês entenderem.

Eu agradeço novamente a participação, nosso muito obrigada.

Agora será aberta a palavra para vocês.

E eu gostaria só de fazer a ratificação, quando eu falei do decreto, do Decreto da Convenção Internacional de Direito das Pessoas com Deficiência.

Eu gostaria muito de agradecer também a presença da Promotora de Justiça, Dr^a Salete Poderoso, que é Promotora de Justiça em Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência.

Nosso muito obrigada por vocês terem vindo, obrigada mesmo, e eu retorno a palavra ao Deputado Zeca Viana. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Wélida, fez uma belíssima apresentação. Meus parabéns.

Eu quero agradecer a presença da Maria Benedita Alves Pereira Martelli, Coordenadora de Organização Curricular, neste ato representando a Secretária Municipal de Educação de Cuiabá, Marioneide Angélica; do Marcino de Oliveira, Coordenador de Educação Especial da SEDUC; e da Suzana Ferreira de Souza, Assessora da Presidente, neste ato representando a Presidente da APAE de Cuiabá, Eunice Vitor da Silva.

Vamos passar a palavra para o Deputado Dr. Leonardo, porque ele estava numa reunião de CPI, inclusive, uma CPI que está quase pegando fogo. Não é, Deputado? Mas não vai pegar, não. Os bombeiros estão atentos. Como Vossa Excelência tem o compromisso de voltar para a CPI, passo a palavra ao senhor.

O SR. DR. LEONARDO - Boa tarde!

Muito obrigado, Deputado Zeca Viana.

Nós estávamos agora na reunião da CPI da Sonegação e Renúncia Fiscal do Estado de Mato Grosso, um prejuízo de mais de dois bilhões de reais para os cofres do Estado de Mato Grosso em sonegações fiscais. Deu uma pausa de vinte minutos lá e eu falei que não poderia deixar de vir aqui, tinha que descer.

Quero parabenizar o Deputado Zeca Viana, primeiramente, por ter tido a coragem, ter tido a insistência, em 2012, porque não prosperou a sua Emenda, mas neste novo mandato novamente ele foi firme, convenceu os seus companheiros e ganhou apoio.

Parabéns, Deputado Zeca Viana, pela sua coragem, que é peculiar, e por pensar...

Eu quero, também, cumprimentar a Deputada Janaina Riva, o Deputado Wancley Carvalho. Sr. Nildomar, o pessoal da Justiça que está aqui, desculpem por não nominá-los.

O pessoal de Cáceres eu vi. Está ali atrás.

Depois passem lá que vou atender ao pedido de vocês. Está tudo certo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Dona Dora, eu a vi e quase chorei aqui de emoção. Dona Dora me conhece desde criança. Ela me viu quando eu era um gordinho menor e tinha cabelo.

Não é, Dona Dora?

Ver a senhora aqui, lá de Mirassol d'Oeste, e a luta pela APAE... Eu me emociono em ver a senhora. Eu sei da sua luta, da sua dedicação à APAE e sabemos as dificuldades em que estão. O Governo Federal veio destoando e começou a desestruturar as APAES de um tempo para cá. E isso já são alguns anos. Depois, tivemos as dificuldades dentro do Estado, enfim, toda sequência que os senhores e senhoras sabem melhor do que eu.

E nessa sequência, eu quero cumprimentar o Deputado Oscar Bezerra também.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Desculpe-me, Deputado Dr. Leonardo, eu só quero agradecer a presença do Deputado Oscar Bezerra e convidá-lo para fazer parte da nossa mesa de honra (PALMAS).

O SR. DR. LEONARDO - Obrigado, Presidente.

Jurubeba, obrigado, irmão. É o nosso Valcir Justino, conhecido como Jurubeba.

Nós estamos aqui...

Eu não gosto de vir para uma Audiência Pública e ter que sair, porque tenho esse outro compromisso lá, mas estou de coração partido.

Dizer que esta causa é nobre. É como o Deputado Zeca Viana estava falando: hoje, pela manhã, tivemos uma Audiência Pública sobre o *Lions* da Visão e, agora, sobre a APAE.

Parece que sempre a corda arrebenta para aqueles que mais precisam e que são menos favorecidos, Deputado Zeca Viana. Nós sabemos dos alunos, daqueles que precisam da assistência da APAE, do conhecimento que eles têm, da reabilitação, da inserção social. Enfim, eu não preciso dizer do trabalho que os senhores e as senhoras fazem, pois, vão muito além, integram as famílias. Nós devemos mudar a visão daquele dito deficiente na sociedade. Trouxeram uma visão diferente dos excluídos pela sociedade para integrá-los novamente, para vê-los com um olhar diferente, saber que são capazes e que precisam ter estruturas adequadas para que aprendam o melhor possível no seu potencial. Vocês conseguiram fazer que essa sociedade olhasse diferente e tirasse a parte do preconceito.

Agora, nesta altura do campeonato no só colocamos a APAE como nossa referência maior que aqui está, mas a vemos se acabando, vamos dizer o português correto, se deteriorando por falta de apoio e incentivo da Federação, do Estado, dos Municípios e aqui temos que fazer nossa mea-culpa, apesar de ser o meu primeiro mandato, mas tem o Deputado Zeca Viana que sempre foi um defensor.

E até falha do próprio Legislativo, Deputado Zeca Viana, que não foi mais combativo no passado, porque Vossa Excelência colocou em 2012. Foram quatro anos. Poderia esta Casa ter sido mais combativa, pegar essa causa e ter sido mais firme, porque eles são os que mais precisam. Nós temos que olhar por todos, mas, principalmente eu, na minha vida pessoal, sempre olhei para aqueles que mais necessitavam. É assim que eu pauto a minha vida.

Então, eu só tenho que me colocar à disposição dos senhores.

Agradecer o convite do Deputado Zeca Viana e agradecer o seu empenho. Com certeza os senhores serão bem conduzidos pela Presidência do Deputado Zeca Viana.

E após esta Audiência Pública, Deputado Zeca Viana, conte com o nosso apoio e com o apoio dos outros Deputados no que for decidido nesta Audiência Pública. Eu espero que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

possamos, não é por mim, não é pelos professores, nem pela Dona Dora que está se aposentando, mas por cada um dos que estão ali, que precisam.

Um abraço a todos!

Tenham sucesso nesta Audiência Pública e contem com o meu apoio.

Eu vou pedir licença, mais uma vez, porque tenho que ir para a CPI, porque, senão, o Deputado Zé Carlos do Pátio me pega. (RISO - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Deputado Dr. Leonardo, que é um grande conhecedor dos problemas das APAEs do nosso Estado. Falou muito bem.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra - eu vou intercalar - a Sr^a Kátia Cilene Rosa Gusmão de Sousa, Presidente da Associação dos Amigos da Equoterapia do Município de Castanheira. (PALMAS)

Eu quero dizer para amiga e companheira, Kátia, que eu fui autor de um Projeto na Legislatura passada que instituía a equoterapia nas escolas estaduais ou nas APAEs, nas instituições que a Assembleia Legislativa aprovou e o ex-Governador Silval Barbosa vetou. Nós rerepresentamos esse Projeto, agora, novamente e ele está em tramitação na Casa. Eu tenho certeza que na hora que chegar ao plenário será aprovado e vamos aguardar o que o Governador Pedro Taques vai fazer.

A SR^a KÁTIA CILENE ROSA GUSMÃO DE SOUZA - Boa tarde!

Eu confesso que estou bastante emocionada de falar no meio de pessoas tão importantes, porque para mim vocês são pessoas importantes. Vocês, professoras, porque eu, também, sou professora de educação especial. Comecei na Pestalozzi de Juara. Então, é aquilo que eu acredito e vejo o trabalho maravilhoso que é.

Eu fico emocionada, porque sei que, depois, vou começar a procurar as pessoas para me ensinarem um pouquinho mais.

Eu quero agradecer o convite.

Quando falamos dessa lei, dessa necessidade, no meu Município de Castanheira não temos nenhuma instituição tão importante quanto de vocês que assiste a pessoa com deficiência. Nós tentamos várias vezes levar a Pestalozzi, mas não conseguimos. Como a nossa região é do agronegócio, então, achamos esse o meio mais fácil, mais rápido para assistirmos a pessoa com deficiência. Para nós ela foi mais viável dentro da nossa realidade.

Nós temos lá um quadro de voluntários com os quais contamos, formado por fisioterapeutas, psicólogas, pedagoga, educador físico e várias pessoas da comunidade que nos ajudam. Quando falarmos de leis e de números não vamos lembrar todas as leis e esses números para nós são... Nossa! Nós não sabemos nem falar! Olhamos esse monte de números e temos até que perguntar: o que vem depois da vírgula?

Nós vemos...

Nós estendemos esse convite e vemos a necessidade das instituições que, hoje, é grande. Essa necessidade é grande. Nós sabemos que existe esse dinheiro e vocês, das instituições, estão passando essa falta. Nós, também, estamos passando, mas estamos começando agora e nem sabemos, nem estimamos de quanto precisaremos, de quanto gastaremos. Nós estamos trabalhando cada dia de um jeito. Nós conseguimos hoje e investimos hoje.

Mas eu sei que vocês já têm todo um trabalho, uma estrutura, uma grande necessidade e, de repente... Eu ouvi dizer que tem até professores que estão sem receber, profissionais sem receber. E com isso acaba assim: os profissionais sem receber, as crianças e as pessoas com deficiência sem atendimento. É muito triste! Nós sabemos que cada um faz sacrifício;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

eu sei que as instituições correm atrás, trabalham, porque eu já fiz parte da Pestalozzi e sei o quanto é difícil, o quanto corremos, o quanto lutamos. De repente, pela primeira vez, nós temos alguma coisa voltada para nós e vemos esse direito parado e imaginamos o quanto é grande.

Hoje, para nós conseguirmos nas instituições exames, vamos lá, o neurológico, que é básico, é difícil; um exame fisioterápico, é difícil. Então, são tantos atendimentos que são negligenciados por um sistema que está aí, sistema de saúde. e pelos demais sistemas e, de repente, isso aqui faria uma diferença para cada instituição que está aqui e ele também está sendo negado. Isso é fato.

Então, o nosso Brasil é muito bonito! Existem leis bonitas! Nós só precisamos que elas sejam executadas. Infelizmente, é isso.

Eu estive numa reunião da pessoa com deficiência aqui em Cuiabá e todo mundo falava de várias, várias leis, vai acontecer isso, e, de repente, nós estivemos numa plenária que nós falávamos: mas essa lei já existe. Ah, vamos então discutir outra. O que vocês acham disso? Já existe. Infelizmente, não está saindo do papel. São direitos que estão sendo negados. No papel é bonita, mas nós precisamos que, de fato, seja efetivada e vá a cada pessoa que necessita.

Tem pessoas que falam assim: “agora eu não estou precisando. De repente não é tão importante, lá casa está todo mundo...” Essa questão de estar com deficiência é questão de segundos. De repente, nós vamos sair daqui e acontece uma situação que vamos nos ver na mesma situação de quem já está vivenciando aquilo.

Eu peço aos nossos Deputados que estão aqui nos representando - acredito que eles estão aqui porque tem a intenção de fazer a diferença - que olhem essas pessoas, sim, com deficiência com bastante carinho. Estamos aqui só reivindicando um direito, não viemos aqui pedir mais nenhuma emenda. Estamos aqui reivindicando direto.

Então, eu só quero dizer: parabéns a vocês professores! Parabéns aos alunos!

É minha intenção - também estamos na luta por várias situações com a equoterapia - é levar uma instituição para o meu município, porque essa lei de inclusão, depois que eles passam de 17 anos o próprio sistema de educação não os recebem na escola, recebem no EJA, e EJA, normalmente, acontece no período noturno. Então, acaba que as nossas pessoas com deficiência no município vão à margem e ficam excluídas daquilo que nós tanto lutamos.

Eu sou professora de educação especial com muito amor e orgulho e estou aqui torcendo para que isso dê certo.

Eu vi ali na lei que ela tem um prazo de dois anos e espero também fazer parte, o meu município também possa fazer parte, que estaremos ajudando.

Mas estou aqui falando por vocês e torcendo para que dê certo para cada Pestalozzi, para cada APAE, para cada instituição, que se dedica à pessoa com deficiência, que seja respeitada e que os seus direitos, de fato, aconteçam.

No mais, muito obrigada! Que Deus olhe para todos nós. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Muito obrigado, Kátia! A senhora fez um belíssimo discurso.

Eu quero convidar o Vereador Pedro Fernandes de Gois, de Lucas do Rio Verde, para fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES DE GOIS - Sr. Deputado Zeca Viana, cumprimento Vossa Excelência e também o parabenizo por esta Audiência Pública. Em seu nome cumprimento os demais Deputados e a Deputada que compõe a mesa; cumprimento os demais parceiros e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

palestrantes que estão aqui, nesta tarde; os diretores; os Presidentes de APAEs, as pessoas que representam as APAES dos seus municípios e também os alunos.

Sr. Presidente e todos os demais representantes das APAEs, nós estamos aqui, hoje, com uma única finalidade...

Eu começo a minha fala dizendo um provérbio que todos nós proferimos sempre no dia a dia: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Nós precisamos continuar insistindo em buscar melhorias para as APAEs dos nossos municípios

Eu quero aqui só trazer um relato, Sr. Deputado: a APAE de Lucas do Rio Verde não é diferente, acredito, das demais APAEs deste Mato Grosso. A APAE de Lucas do Rio Verde foi fundada em 93; foi construída em 2003; o prédio continua com a mesma estrutura, bastante prejudicada, precisando de reforma e ampliação. Nós temos, aproximadamente, cento e sessenta alunos na APAE de Lucas do Rio Verde e recebemos um repasse equivalente, dos cento e sessenta, de cento e vinte alunos. O valor era cento e quinze por matrícula, e vocês sabem muito bem disso, aumentou para cento e vinte e cinco.

Então, nós temos um gasto anual na APAE de Lucas do Rio Verde de aproximadamente um milhão e meio; recebemos o repasse do Governo do Estado de cento e sessenta e cinco mil reais. São aproximadamente 10% da participação do Estado com a APAE. E eu creio que não é diferente das demais APAEs.

O restante do montante tem participação do município que neste ano fez um repasse de oitocentos mil reais mais o repasse do Estado, que seria aproximadamente cento e sessenta e cinco mil, o restante nós atribuímos aí à sociedade organizada que trabalha, aos diretores, aos professores, aos alunos que se empenham para fazer promoções, festas. Enfim, acabam já tendo um salário, Sr. Deputado, que está aquém tanto do Estado como do município e da iniciativa privada. E, ainda, nos finais de semana e em outros momentos que poderiam estar desfrutando de lazer com a sua família, eles têm que promover eventos para conseguir arrumar dinheiro para custear as despesas que lhes faltam.

Então, as APAES estão bastante judiadas; esses professores que estão ali, de fato, amam o que fazem, é uma classe de professores e profissionais diferenciados, porque trabalhar com o salário menor do que se paga hoje no município, no Estado, na iniciativa privada... Os carros que fazem o transporte dos alunos são velhos, que têm muitas despesas, muitos já não têm condições de rodagem. Então, com muita dificuldade elas funcionam.

E nós sabemos que a Lei de inclusão do aluno não funciona, porque quando você coloca o aluno especial na sala de aula você precisa dar uma atenção especial para esse aluno, e nós sabemos da dificuldade hoje que está também a educação.

Então, nós pedimos aí, Sr. Deputado... Mais uma vez, parabênzo o senhor pela iniciativa. Eu vim aqui e acompanho a APAE há muito tempo, já fiz visita ao Governo do Estado, Sr. Deputado e senhores que estão aqui, no ano passado, onde falamos de APAE. Este ano visitamos duas vezes o Secretário Permínio, Secretário de Estado de Educação, buscando melhorias para a APAE. E o que foi nos dito na última reunião que tivemos foi que aumentaria o valor de cento e quinze para cento e vinte e cinco por aluno. Eu percebo que isso não refresca muita coisa. E disse que também o que poderia ser feito era ajudar os municípios, as APAES, com transporte, não dando carro, mas dando dinheiro para que fosse locado o veículo lá no município para que pudesse fazer o transporte dos alunos. Isso ele nos passou. E também sobre equipamentos, ele falou na mesma proporção, na mesma ordem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Então, o que nós pedimos, o que nós clamamos, juntamente com todas as APAES que estão aqui, eu estou representando Lucas do Rio Verde, é que nós precisamos melhorar isso significativamente. Não podemos - e via aqui a emenda, a lei que o Deputado fez, que é muito pertinente - continuar tendo um repasse de apenas 10%, 12% do Governo do Estado com o montante de dívida, que acaba sendo um valor irrisório para poder fazermos o trabalho de qualidade que essas crianças, adolescentes e jovens precisam nas APAEs que estão distribuídas no Mato Grosso.

Muito obrigado.

Parabéns mais uma vez pela Audiência Pública! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Vereador Pedro Goes!

Vossa Excelência demonstra um profundo conhecimento das necessidades da instituição e sabe que realmente é importante esta Audiência Pública, porque só assim vamos tentar trazer do Governo uma resposta mais rápida.

Mas, pelo que estamos vendo aqui, Deputada Janaina Riva, Deputados Wancley Carvalho e Oscar Bezerra, o Secretário mandou aqui um *e-mail* agradecendo pelo convite, mas pedindo desculpa em razão de um imprevisto e da impossibilidade da presença do Secretário na referida Audiência Pública, que é o Secretário Valdiney.

É lamentável! Eu acho que quem não deve não precisa ter medo da verdade. Agora, quem deve precisa correr da verdade, sim, senão vai ouvir muitas coisas que não gostaria de ouvir.

Eu passo a palavra a nobre Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA - Boa tarde a todos!

Eu quero começar cumprimentando toda a mesa de autoridades, em nome do Deputado Zeca Viana, que é o autor desta Audiência Pública de extrema relevância para todo o nosso Estado.

Em nome dos meus colegas Deputados Estaduais Wancley Carvalho e Oscar Bezerra, quero cumprimentar todos os professores e alunos aqui presentes.

Em meu nome mesmo eu gostaria de fazer um pedido a todos vocês, um pedido de desculpas.

Eu acho que talvez vocês não entendam muito bem por que, mas eu, como representante do Estado de Mato Grosso e Deputada deste Estado, me sinto extremamente envergonhada de ter um Governo tão insensível ao ponto de sequer se fazer presente neste dia; um Governo tão insensível que não consegue sequer se preocupar com a dificuldade que vocês tiveram para trazer alguns alunos até aqui, com os quilômetros que vocês rodaram para estarem aqui e não tem a mínima decência de vir aqui para nos dar uma única explicação sobre o que é feito com esse Fundo de Erradicação de Pobreza, se não para ajudar os mais pobres e necessitados.

Não adianta, Deputado Zeca Viana, fazermos um debate em cima do que precisa ser feito nas APAEs e Pestalozzis. Todos nós aqui já sabemos.

Vossa Excelência, Deputado Zeca Viana, que merece todo mérito dessa audiência pública de hoje, conhece como ninguém a situação das APAE e Pestalozzis, sabe quais são as dificuldades.

Nós recebemos pedidos nos nossos gabinetes diariamente para comprar um tijolo, para comprar um piso, para comprar uma telha, para comprar cadeira para aluno sentar, para comprar aparelho, dinheiro para pedido de exame.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Agora não cabe na minha cabeça como um Governo tão legalista como esse não consegue sequer cumprir uma lei feita por essa Casa.

Não compreendo como é tão difícil assim fazer funcionar uma Lei que Vossa Excelência deu todas as condições de ser cumprida, Deputado Zeca Viana.

Para ser sincera com vocês, eu vinha hoje para esta audiência pública e não tinha ainda conhecimento da discussão, mas vim porque o Deputado Zeca Viana é um grande parceiro meu dentro desta Assembleia Legislativa, um homem que rompeu com o Governo porque não concordava com as atitudes do Governo, que mudou da água para o vinho depois de eleito, um homem extremamente corajoso, que chamou vocês aqui hoje com a esperança de ter aqui um representante do Governo para pelo menos dar um retorno para vocês: “Olha, não estamos conseguindo cumprir por isso e por isso, mas tal dia nós conseguiremos cumprir. Olha, não estamos conseguindo cumprir por isso e por isso, mas tal dia nós conseguiremos cumprir. Olha, não estamos conseguindo fazer por isso ou por aquilo...”.

Então, eu me sinto envergonhada como Deputada Estadual, envergonhada de não ter sequer um representante do Governo Estadual aqui para defender uma matéria tão importante quanto essa.

Não é só a manutenção das APAEs, não, é o sustento, é a existência!

Nós estamos falando aqui de várias unidades que estão sendo fechadas, desestímulo dos profissionais, dos próprios alunos.

Não tem veículo para buscar aluno, não tem dinheiro para pagar energia, Sr. Lindomar, não tem condição nenhuma, Sr^a Kátia, como a senhora colocou agora há pouco.

Então, Deputado Zeca Viana, seria importante, e eu gostaria de solicitar a assessoria que está aqui, para que ao menos seja chamado aqui o Líder do Governo, que é o Deputado Wilson Santos, porque ele gosta tanto de fazer a defesa da tribuna, quando falamos de assunto, desculpem-me, tão menos importantes do que estamos tratando aqui hoje.

Hoje aqui estamos falando de vidas, de pessoas.

Nós não estamos falando de obras, não estamos falando do VLT. Se estivéssemos falando do VLT estaria o governo inteiro aqui, estariam todos os Deputados aqui, estaria todo mundo aqui.

Estamos falando de salvar vidas dentro do nosso Estado!

Eu sou mãe, os Deputados aqui são pais, vocês são mães, pais e avós. Eu olho para uma criança dessa e imagino se fosse um filho meu.

Será que eles não têm essa sensibilidade de olhar para os filhos de Mato Grosso e sentir que eles são responsáveis agora por essas crianças? Será que vamos passar quatro anos de governo ouvindo lamentação?

Eu, sinceramente, quero novamente pedir desculpa a cada um de vocês e dizer que eu tenho certeza que o objetivo do Deputado Zeca Viana não era esse que estamos fazendo aqui hoje, o objetivo dele, eu não tenho dúvida nenhuma, era apontar uma solução.

A Assembleia Legislativa está aqui não para criar problema para o Governo, a Assembleia Legislativa está aqui para criar solução. Se o Governo não tem condições de cumprir dessa forma que está na lei, alteremos, achemos outra forma de contribuir. O que não dá é para aceitar o descaso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

E vocês me desculpem, mas o Governo do Estado trata não só esse tema que hoje estamos tratando, a saúde como um todo, mas trata principalmente o trabalho desta Assembleia Legislativa com extremo descaso.

Então, o que vocês estão vendo aqui é o reflexo do nosso dia a dia aqui dentro.

O sentido disso aqui, Deputado Zeca Viana, me corrija se eu estiver errada, era ouvir cada um de vocês aqui, junto com um representante do Governo que levasse ao Governo as demandas, para que a partir de hoje chegássemos a uma solução.

Infelizmente isso não será possível.

Então, o que nos resta como Deputados Estaduais é ouvir vocês.

Vocês podem ter certeza que hoje da tribuna eu vou expressa o meu descontentamento e vou expressar a falta de sensibilidade, vou mais além, de hombridade de vir aqui e ouvir a verdade.

Era isso.

Muito obrigada a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigada, Deputada, que fala com muita propriedade, com bastante convicção do que está falando.

Realmente estamos nos deparando com uma situação lamentável para nós políticos.

Quando um político acaba aceitando o erro, ele vai, se apresenta, nem que seja para dar uma justificativa pífia, mas dá uma justificativa, ainda é aceitável. Mas, quando se omite, quando se recusa a vir se apresentar, aí é que a situação não está nada boa mesmo.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra a Ivone Almeida da Costa, Presidente da Federação das Associações Pestalozzi de Mato Grosso. (PALMAS)

A SR^a IVONE ALMEIDA DA COSTA - Boa tarde, Deputado Zeca Viana; senhores e senhoras; autoridades presentes; Professor Marcino; colegas de lutas; senhores alunos e alunas presentes.

Eu sou uma pessoa que não sou muito de falar, sou mais de pegar no chifre do boi. Então vocês me desculpem, às vezes, o nervosismo.

Houve um homem que, mais ou menos, na época de 1720, se preocupou com o ser humano, se preocupou com aquelas crianças que viviam nas ruas jogadas, que não tinham direito de ir à escola, porque só os nobres tinham o direito de ler e escrever. Esse homem foi João Henrique Pestalozzi, um grande filósofo.

Mais tarde, na época já de 1900, veio para o Brasil, a chamado do Governo de Minas Gerais para traçar o Plano Estadual de Educação, a Professora Helena Antipoff. A professora Helena era uma seguidora dos ideais de Pestalozzi, que entendia que o ser humano tinha que ter qualidade, direitos e deveres de viver uma vida melhor e igual a todo mundo.

Foi a Professora Helena que iniciou no Brasil - quando apenas existia no Brasil na área governamental o Instituto Benjamin Constant, na Urca, um instituto para cegos, e, em Laranjeiras, o instituto de educação de surdos - o atendimento às pessoas com deficiência e a elas deu o nome de excepcionais. Ela preocupava-se com os deficientes mentais e com as pessoas também de altas habilidades.

Foi a Professora Helena que fundou as sociedades Pestalozzis. Mais tarde, dentro das sociedades Pestalozzis, começou a existir as associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Então começaram as APAES. As APAES e Pestalozzis são irmãs. E eu sempre as senti mesmo como minhas irmãs, porque sempre trabalhei tanto com Pestalozzis como com APAES.

E foram as Pestalozzis, através da Professora Helena, que preocuparam em nível de Governo com o atendimento às pessoas com deficiência, quando foi montado o primeiro projeto prioritário nº 91, que deu atendimento às pessoas com deficiência. Através desse projeto é que foi implantado o Centro de Educação Especial Superior e Profissionalizante-CEESP, cuja Diretora foi uma pessoa Pestalozziana, a Dr^a Sara Couto César, que depois se transformou em Secretária de Educação Especial.

Então foi através das Pestalozzis que o Governo iniciou esse atendimento às pessoas com deficiência.

Eu conto essa história porque até já perguntaram para mim se Pestalozzi era marca de sapato. Então é para todos saberem que nós conhecemos os nossos direitos, porque sabemos que não só o Governo que tem o dever de atender essas pessoas, nós também temos esse direito, fazendo realizar o pensamento de Pestalozzi, a qualidade de vida da pessoa humana.

Eu parabeno o Vereador Pedro, do Rio Verde, que contou direitinho a nossa situação, como nós vivemos. É isso mesmo. Nem não vou repetir, porque é o que ele falou.

Em nível de Estado, eu trabalho na área de educação especial desde 1973, foi sempre a Secretária de Educação que deu esse atendimento para nós. Ela sempre fez, sempre atendeu, sempre pagou, além do professor. Porque a Secretária de Educação tem que pagar o professor, o pessoal da educação, mas não interessava, ela pagava também os fisioterapeutas, os psicólogos etc. E das outras Secretarias nunca tivemos apoio nenhum!

O deficiente necessita de atendimento não só da educação, ele necessita de atendimento também da cultura, saúde, lazer e assistência social. E para os políticos eles também são eleitores. As famílias também votam.

Então, todos deveriam olhar mais, como o Deputado Zeca Viana, pelas pessoas com deficiência.

Deputado Zeca Viana, eu conheci o senhor, através da Noeli. A Noeli foi minha colega no Conselho e ela sempre falava de Vossa Excelência e do que Vossa Excelência fazia pelas pessoas com deficiência.

Então eu acho que a saúde e a assistência social deveriam nos dar verbas, porque, como explicou o Vereador, os nossos professores trabalham mais por amor, porque um professor do Estado na carreira inicial ganha dois mil e poucos reais. Nós ganhamos mil e duzentos reais, mil reais e temos um trabalho exaustivo. Eu tenho experiência, porque fui professora em sala de aula. Eu tenho experiência. É um atendimento integral.

Além disso, como nós mantemos as nossas instituições? O prédio tem goteira, tem lâmpada que queima, falta uma. Quando começamos a Pestalozzi de Cuiabá, os professores iam aos açougues e pediam osso, muxiba para fazer a comida. Mas sempre tivemos uma alimentação de primeira.

Quando vimos que os professores não podiam mais largar a sala de aula, sair e fazer os pedidos, então, arrumamos outras pessoas para os professores não largarem a sala de aula.

E cadê as outras Secretarias? Sempre é a Educação, sempre é a Educação.

Eu agradeço muito o...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Porque nós ficamos nessa labuta do dia a dia e não prestamos atenção nos direitos que temos. Isso eu soube sobre essa lei quando a assessora me explicou o que era a pauta da Audiência Pública.

Então, Deputado, eu agradeço muito a Vossa Excelência por nos alertar sobre isso, porque nós com o direito e tendo recurso vivemos de pires nas mãos para manter as nossas escolas.

O ideal da Pestalozzi continuará sempre: a qualidade de vida do ser humano.

Desculpem alguma coisa, porque não sou oradora, sou pessoa mesmo do dia a dia.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Dona Ivone.

A senhora realmente fez uma fala do sentimento que a instituição tem. E o nosso objetivo realmente é esse, Dona Ivone, fazer o mínimo, mostrando para vocês os direitos que têm e o dever de o Governo fazer esses repasses, porque infelizmente um Governo que prega tanta legalidade é um Governo que está infringindo a lei.

Mas vamos, lá! Eu acredito que após esta Audiência Pública ele será conhecedor do reclames da sociedade e fará esses repasses dentro da legalidade, sim.

Obrigado, Dona Ivone!

A SR^a IVONE ALMEIDA DA COSTA - A Presidente da APAE não compareceu por motivo de doença. Ela está bem doente mesmo e por isso não compareceu a Presidente da APAE.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Dona Ivone.

Convido para fazer uso da palavra o Vereador Nildomar Gusmão de Souza, 2º Secretário da Câmara Municipal de Castanheira. (PALMAS)

O SR. NILDOMAR GUSMÃO DE SOUSA - Senhoras e senhores, primeiramente EU quero agradecer a Deus por estarmos juntos neste momento.

Eu quero cumprimentar o Deputado Zeca Viana pelo ato; cumprimentar a Deputada Janaina Riva; o Deputado Oscar Bezerra e passaram por aqui o Deputado Dr. Leonardo e o Deputado Wancley Carvalho.

Eu quero cumprimentar o meu amigo Rubinho em nome dos demais deficientes; em nome da Vereadora Salete, de Juína, eu quero cumprimentar os demais companheiros Vereadores do Poder Legislativo; em nome da Dona Marlene e da Dona Ivone eu quero saudar todos os representantes das entidades Pestalozzi, APAE e as associações filantrópicas.

Dizer, Deputado Zeca Viana, da importância desta audiência Pública, que, na minha opinião, de repente, não seria necessária se o atual Governo cumprisse com a lei.

Espanta-me muito, senhores e senhoras, uma representante do Governo vir aqui dizer que essa lei não está regulamentada. Espanta-me muito se os representantes do Governo são omissos naquilo que é de responsabilidade da gestão pública que está sendo feito pela sociedade civil.

Já está garantido por lei e assegurado na LDO, Deputado Oscar Bezerra.

Na minha cidade de Castanheira, a 800 quilômetros desta Capital, como outras de difícil acesso, também, nós temos mais de oitenta pessoas com deficiências, Rubinho, e desassistidas pelo Poder Público.

Como foi citado aqui pela Deputada Janaína Riva e pelo Deputado Dr. Leonardo, se, de repente, estivesse sendo discutidos aqui outros assuntos, como VLT, Rota d'Oeste, o Governo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

estaria aqui, mas como nós estamos discutindo vidas, vidas que são de direito... Todos nós somos iguais e, às vezes, são tratados com diferenças.

Eu acompanho essa luta há mais de dezoito anos. Há mais de dezoito anos!

Na minha região para se ter um diagnóstico de um neurologista é preciso vir de Vilhena, Deputado. E não é via SUS, não. É particular. Tem que ser pago. Tem que ser pago.

Onde está o Poder Público? Onde está a Secretaria de Saúde, a assistência social, como foi citado aqui pela Sr^a Ivone?

Como disse a Deputada Janaina Riva, em algumas palavras: Governador legalista como o Sr. Pedro Taques. Do que mais ele precisa para dar esse mínimo de repasse, esse mínimo que está sendo feito, que está sendo cobrado por direito e que está garantido? Do que mais nós precisamos?

E, Deputado Zeca Viana, nós sabemos da luta e da dedicação do senhor. Às vezes, é tratado como turrão, desculpe-me a expressão, porque sou meio caipira, sou da roça também. Algumas pessoas o tratam como turrão, mas nós sabemos da preocupação do senhor não só referente a este tema que nós estamos debatendo hoje.

Eu quero deixar uma pergunta para cada um dos senhores e das senhoras: até quando o Poder Público, os nossos governantes, vai esperar para atender aquilo que é de direito?

Como foi citado aqui pelo Deputado Dr. Leonardo a respeito da companheira de Mirassol d'Oeste, eu sei da luta, porque vim da região de Araputanga, de quando foi instituída a APAE em Araputanga, a preocupação da maçonaria, a preocupação da primeira dama, em dar atenção para essas pessoas que já eram desassistidas lá desde 1980.

E, Dona Ivone, eu quero cumprimentar a senhora por esses anos de luta. Eu tenho certeza que em alguns momentos a senhora tentou desistir, mas pela perseverança dentro do conhecimento da senhora e sabedora da dificuldade dessas pessoas, a senhora não desistiu da luta.

Então, para finalizar, Deputado Zeca Viana, eu quero aqui fazer um apelo aos meus companheiros legisladores, que nós cobremos afinco de cada representante Parlamentar que nós temos dentro da Assembleia Legislativa; que cobremos afinco também dos nossos gestores para que eles possam cobrar do Governador com mais afinco. Porque se não dermos as mãos, se deixar, Deputado Oscar Bezerra, esse Governador pode querer fazer com esse repasse, que é garantido por lei para essas entidades, o mesmo que ele já está querendo fazer com o FETHAB, cortando o recurso maior do nosso FETHAB. Isso não pode ser permitido.

Então, eu faço um apelo aqui e sei que tanto o senhor, a Deputada Janaína Riva e outros Deputados, que estão engajados nesta ação importantíssima, não vão deixar que essa classe fique desassistida. E pode ter certeza, nós não iremos desistir. Temos aqui um exemplo muito grande, que é a dona Ivone, e vamos trabalhar em cima dessa causa.

Eu quero aqui dizer a todos muito obrigado! Que Deus abençoe a volta de cada um para os seus lares e que esse Governador se sensibilize, porque não precisaria desse movimento. Mas que sensibilize com essas pessoas que realmente precisam desse mínimo que está sendo reclamado, Rubinho.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Eu gostaria de agradecer a presença dos alunos da Pestalozzi, que terão que se retirar. Eles têm um compromisso agora a pouco. Agradeço a presença de todos eles aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Barreto, Psicólogo da Associação Pestalozzi do Município de Cotriguaçu.

O SR. CARLOS BARRETO - Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do Deputado Zeca Viana. Boa tarde a todos!

Representando aqui o Município de Cotriguaçu na pessoa da Vanilda Aparecida, eu, enquanto Psicólogo e Psicopedagogo, desenvolvo um trabalho voluntário na cidade de Cotriguaçu, que fica aproximadamente mil quilômetros daqui. Lá desenvolvo um trabalho de dez dias, um trabalho com os pais, um trabalho com os cuidadores, mas também um trabalho com o público atendido.

Eu quero dizer também para vocês das dificuldades que nós enfrentamos para sobreviver. Lá nós desenvolvemos um trabalho, que é o Projeto de Autocuidado e Saúde Preventiva, uma atividade que desenvolvo para arrecadar recursos para entidade e, assim, bancarmos algumas ações importantes.

Não obstante, o Município de Cotriguaçu, para este ano de 2016, já ameaça retirar a alimentação da entidade, além do recurso de cinco mil reais que não é repassado desde janeiro. Assim como outras entidades, nós corremos o risco também de fechar as portas, Deputado.

Eu também quero aqui me juntar a vocês nesse clamor. Não quero me alongar, mas dizer que a comunidade tem problema, mas também tem soluções. Iniciativas como esta abrem, sim, o diálogo à participação de encontrarmos saída para continuar desenvolvendo este importante trabalho, que é o trabalho não só na Associação Pestalozzi, mas também nas demais entidades que lutam de forma afim.

Muito obrigado!(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Carlos, pelas suas palavras.

Eu quero aqui agradecer a presença das APAEs dos Municípios de Nova Olímpia e Diamantino. Muito obrigado!

Dona Raim, nossa companheira de muito tempo, muito obrigado pela sua presença!

Eu quero convidar para fazer uso da palavra a Anedina Alves, Diretora da APAE de Cáceres.

A SR^a ANEDINA ALVES - Senhores e senhoras, autoridades, colegas de trabalho aqui presentes, vou expor a vocês a situação da APAE de Cáceres.

Eu sou Diretora da APAE de Cáceres. É a segunda APAE fundada no Estado de Mato Grosso. Esse repasse é extremamente importante para as APAEs. Por quê? Se continuar a situação que está, não sei qual será o nosso futuro. Nós precisamos de um olhar especial das nossas autoridades.

Eu quero aqui parabenizar o nosso Deputado Zeca Viana e as demais autoridades que fizeram acontecer esta Audiência Pública.

Deputado Zeca Viana, eu quero pedir ao senhor que olhe por nós, porque as outras autoridades que precisariam estar aqui, representantes do Governo, não estão. Então, eu peço ao senhor: não nos deixe desassistidos, porque é uma camada da sociedade que precisa da nossa ajuda. Alguém tem que fazer algo por essas crianças, por esse pessoal e nós precisamos disso.

A APAE de Cáceres tem cento e sete alunos. Acabamos de receber um aluno com microcefalia e isto vai aumentar. Por causa da situação que estamos vivendo na saúde, essa demanda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

vai aumentar, com certeza, mas não sabemos se teremos condições de arcar com o trabalho dessas crianças que virão para nós.

A nossa estrutura física está a desejar, a estrutura econômica também. Estamos no vermelho. Com cento e sete alunos com deficiência intelectual e múltipla, contamos apenas com um micro-ônibus que está quase acabando, quase falido.

Na cidade nós temos quarenta e cinco bairros. Um dia nós pegamos alunos de um bairro, outro dia... Um dia pegamos alunos da metade da cidade, outro dia outra metade e os alunos choram, reclamam, porque querem estar na APAE. É o lugar de lazer deles, porque os pais não têm condições de levar seus filhos para passear em outro lugar.

Muitos deles vão à APAE comer na APAE, porque eles não têm comida em casa. É na APAE que eles vão se alimentar.

Precisamos de comida na APAE! Precisamos de alimentação! A nossa alimentação é pouca. Temos doações, mas as doações são poucas também.

Temos um convênio, apenas um convênio com a SEDUC, que paga nove professores para trabalhar com cento e sete alunos com deficiência. Tínhamos quatro professores efetivos do Estado que se aposentaram e o Governo não os substituiu. Então, agora nós temos os professores que são pagos pelo convênio da SEDUC, que ganham R\$1.060,00 (mil e sessenta reais) para trabalhar trinta horas com esses alunos.

Não temos equipe multidisciplinar multiprofissional, que são os fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais. Não temos esse pessoal na APAE.

Nossa funcionária da limpeza também trabalha na cozinha porque não temos condições de contratar uma funcionária para a limpeza e outra para ajudar na cozinha.

Mais uma vez, reforço o pedido, precisamos de ajuda!

Precisamos de um olhar especial, Deputado Zeca Viana. Precisamos de vocês!

Os alunos que estão nas APAEs não tem como incluir nas escolas regulares, porque os alunos da APAE são alunos com alta complexidade de deficiência.

Então, essa questão de inclusão, lei da inclusão, gente, não existe! Eu sou professora também e eu sei como que é trabalhar um aluno deficiente na sala de aula e vinte e cinco alunos, trinta, quarenta alunos ditos como normais. A professora não dá conta!

Então, Deputado Zeca Viana, por favor, ajude-nos! Não deixem cair esse trabalho que estamos fazendo hoje. Que continuemos lutando, nós precisamos desse dinheiro!

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, professora.

Sabemos da importância desse recurso para as instituições.

E esses não são recursos que temos que buscar, são recursos, Deputada, que já existem, são arrecadados pelo Fundo de Erradicação da Pobreza. Então, não é criar um novo impacto para as contas públicas, não, é simplesmente tirar uma parcela do que existe e fazer uma divisão mais igualitária para todos.

Gostaria de ouvir a Dr^a Salete Maria Búfalo Poderoso - é Poderosa, é feminina, como é que não é poderosa (RISOS), Promotora de Justiça em Defesa dos Direitos dos Idosos e do Deficiente.

A SR^a SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Eu cumprimento a todos na pessoa do Deputado Zeca Viana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Eu conheço muito bem a causa da pessoa com deficiência, não só pelo meu trabalho, porque eu trabalho com pessoa com deficiência, mas porque eu tenho um irmão que tem 40 anos, que é *Down*. Na verdade, a época ninguém sabia o que fazer com os problemas dos *Down*. Hoje ele tem quarenta anos, não teve a oportunidade de ter uma educação, então ele não fala muito bem, além do que a minha família era uma família pobre, uma família simples e não tinha condições financeiras para buscar, para verificar, e na verdade nem eles sabiam o que era *Down*, o que acontecia.

Meu pai, lembro-me, eu era a caçula, quer dizer, o Cesar era o caçula e depois era eu, e nós fomos para Londrina duas vezes, eu fui com ele, mas nós não tínhamos condições financeiras para irmos novamente.

Então, eu vejo uma mudança muito grande em relação à pessoa com deficiência hoje e aquela pessoa que o meu irmão era.

Desculpem-me, porque eu sou um pouco tímida para falar em público.

Então, hoje na Promotoria que nós atuamos temos muitas demandas em relação à pessoa com deficiência em todas as situações, como pessoa dependendo de ir ao CRIDAC. Então, pessoas com todos os problemas que nos chegam nós estamos encaminhando, mas normalmente não são tão fáceis de resolver. Por quê? Porque dependemos das autoridades, dependemos dos órgãos.

Nós temos na Promotoria de Justiça em relação à acessibilidade vários procedimentos em relação a órgãos públicos, vários procedimentos em relação ao CRIDAC.

Então, nós trabalhamos de uma forma para melhorar, se não cem por cento, porque tem que ser cem por cento, mas trabalhar de forma a resolver a situação, principalmente com pessoa portadora de deficiência.

Nós temos também na Promotoria, são duas Promotorias que temos lá, a Promotoria do Idoso, que são dois temas imprescindíveis de se ter uma atenção especial.

Então, é preciso trabalhar cada dia mais para que possamos resolver os problemas, enfrentar algumas questões, inclusive essa questão que nós estamos enfrentando aqui. Eu não sabia dessa questão em relação ao Fundo de Erradicação da Pobreza, não sabíamos, inclusive se tivessem encaminhado para a Promotoria, talvez pudéssemos estar um pouquinho mais além para resolver, mas eu tenho certeza que esta Audiência Pública vem trazer alguma resposta. Eu ouvi os números que foram apontados e, realmente, são um absurdo esses números aí, sendo que tem tantas pessoas, tantas APAEs, como tem APAEs e outras Pestalozzis. Então nós não sabíamos desse fundo.

Eu acho que, a partir daí, eu posso, inclusive, falar com o Governador, porque nós não podemos ficar parados, sendo que tem um valor específico para arrecadar e as pessoas estão aí sem saber o que fazer.

Então eu me comprometo, quero estar nessa causa, o senhor pode ligar para mim, o senhor busque informações, porque para mim não tem problema. Tem vezes que eu não consigo falar.

Mas vocês entenderam? Desculpem. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Muito obrigado, doutora. É claro que nós entendemos. É como diz aquele ditado: “às pessoas inteligentes, meias palavras são suficientes”.

Mas esse Fundo de Erradicação da Pobreza nós criamos em 2012. Nós buscamos produtos supérfluos dentro do mercado, como cigarro, bebida alcoólica etc - até depois o Governo quis incluir outros, o Governo passado, outros produtos, mas nós conseguimos tirar -, e aumentamos, quase dobramos os impostos para a arrecadação de fundo. Porém até hoje aqui na Assembleia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Legislativa, eu, pelo menos, como Deputado, não tenho dados nenhum de ter sido feita qualquer aplicação dessa arrecadação em benefício daquilo para qual o fundo foi criado, em benefício da pobreza. E nós não vemos ação da Secretaria nem para onde está indo esse dinheiro.

Então é lamentável nós, mais uma vez, termos que falar que, mesmo que tenha sido transformado em lei esse repasse de 10% para as APAEs, não tem sido repassado.

Então é só numa discussão assim e levar, talvez, ao conhecimento de todos. O Ministério Público já está sabendo disso, talvez precisemos provocar o Ministério Público agora com esta audiência pública, com esses depoimentos de todos para que este vá até o Governo fazer um TAC.

(A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ZECA VIANA - Foi chamado alguém do Ministério Público? Foi chamado alguém sim. Mas, então, vamos provocar o Ministério Público para que...

(A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ZECA VIANA - Não! Pois é! Você é específica para as pessoas deficientes e idosas. Mas eu estava falando num âmbito geral. Mas, então, você já está aqui e você está presenciando para levar essas demandas e para fazer com que o Governador cumpra seus compromissos por intermédio de um TAC, de alguma coisa, porque a lei existe, está lá, e também consta da LOA, consta do Orçamento, está garantido esse repasse, mas o Governo não está repassando.

Então são vocês que precisam nos ajudar, porque nós estamos tentando fazer o máximo que nós podemos fazer aqui.

A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Quanto à improbidade, isso, na verdade, pode ser uma ilegalidade, mas não improbidade.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Eu não sei distinguir se você está descumprindo a lei, se é ilegalidade, se é crime ou o que é. Eu não sei. Quem sabe responder é a senhora. Não é?

A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Na verdade quem sabe é o Promotor da improbidade. Essa não é a minha área.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Eu acho que essa ação, se eu não me engano, fui eu que fiz contra ele, porque realmente tem que ser cumprida.

A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - A lei tem que ser cumprida.

A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Eu entendi. Nós temos que arregaçar as mangas e buscar as informações...

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Sim, sem dúvida, sem dúvida. Muito obrigado, doutora, pela sua contribuição, porque as APAES que estão aqui contam muito com a senhora, precisa muito da senhora...

A SRª SALETE MARIA BÚFALO PODEROSO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Precisam muito da senhora nesse momento para que ajudem para que seja conclusivo realmente esse nosso objetivo. Mas a senhora, de vez em quando, tem que dar uma aula de leis lá (RISOS). Desculpe-me.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Eu quero chamar para fazer uso da palavra o Sr. Claudiomiro Braga Ortêncio, Diretor da APAE do Município de Araputanga.

O SR. CLAUDIOMIRO BRAGA ORTÊNCIO - Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Zeca Viana, pela atitude que ele vem tomando há vários anos; cumprimentar a Deputada Janaina Riva, que está presente; os Deputados Wancley Carvalho e Dr. Leonardo, que estiveram aqui; o Deputado Oscar Bezerra, que esteve aqui; todas as autoridades presentes; nossos companheiros e irmãos de APAEs e Pestalozzis, em nome da professora Dora de Mirassol d'Oeste, APAE Mãe de Araputanga. Gostaria de cumprimentar o Marcindo, responsável pela educação especial, com quem temos falado diuturnamente. Não é, Marcindo?

E dizer a vocês o seguinte: eu estou na APAE há quase vinte anos. Entra Governo, sai Governo e, até hoje, nós nunca conseguimos ter um Governador sensível à causa das APAEs.

Esse atual Governador esteve na APAE de Araputanga e disse a minha sogra, a minha mãe é diretora da APAE: “Eu vou cuidar das APAEs” e reclamou que o Estado estava sucateado.

Gente, faz quase um ano e meio que este Governo está lá. Nós sabemos que este Estado foi roubado, sucateado, mas, dentro de um ano e meio, já dava para fazer alguma coisa pelas APAEs e pelas Pestalozzis deste Estado. Infelizmente muito pouco tem sido feito. Os convênios na Secretaria Estadual de Educação este ano ainda não foram liberados por causa de burocracias e coisinhas que fazem parecer que as APAEs e as Pestalozzis são ladrões. Tem que amarar tudo quanto é ponto, porque parece que somos desonestos. É uma loucura o tanto de burocracia que tem para se fazer um convênio com a Secretaria de Estado de Educação.

Eu tenho certeza que o Deputado sabe e a clientela sabe. Hoje a nossa clientela, 95% dos alunos que frequentam as APAEs e acredito que as Pestalozzis também, são alunos que dependem da alimentação da APAE, são alunos de extrema carência. E eles já chegaram a nascer com esse tipo de deficiência, deficiência de nutrição dentro do útero da mãe.

Eu gostaria de dizer para vocês que eu tenho um neto deficiente. Então digo para vocês o seguinte: é muito difícil fazer uma APAE sobreviver. Nós, de Araputanga, atendemos oitenta e dois alunos oriundos dos Municípios de Araputanga, Indiavaí e Reserva do Cabaçal. Cada ano tem uma desculpa para que a coisa aconteça e não reaja. Primeiro foi o caso da crise do Estado. Hoje, nós temos a crise nos municípios. A crise está por todos os lados.

Eu vou dizer uma coisa para o senhor e para as senhoras que estão aqui: por incrível que pareça, as pessoas que muito nos ajudavam eram os comerciantes; eram os sitiantes; eram chacareiros. Até eles, hoje, recuaram, porque estão por crise, também.

Agora, é lamentável sabermos que existe uma receita destinada, que existe uma receita orçada, que existe uma receita que só falta ser paga para as crianças portadoras de necessidades especiais, deficiência intelectual e múltipla e isso não está acontecendo.

Eu digo com toda certeza que se não se tomar uma decisão, Deputado, a nossa APAE fechará até julho e acredito que essa é a situação da maioria das APAEs deste Estado, acredito que é a situação da maioria das Pestalozzis deste Estado. Por quê? Quando o Governo Federal entra em crise, o Governo Estadual entra em crise, o Governo Municipal já faliu. Quando o Governo Municipal já faliu imaginem os munícipes! Qual é a situação deles? E a APAE sendo uma entidade que cuida de mais de 90% da pobreza do município que está ali, 95% dos nossos alunos são de extrema pobreza, imaginem as nossas APAEs como estão funcionando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

É lamentável a situação!

Eu digo para todos vocês que se não forem tomadas providências eu acredito que a nossa APAE não chegará até julho. A situação é crítica. Nós temos, hoje, uma das APAEs mais bonitas do Estado, que foi construída com a doação da população, com leilão de gado, com rodeio solidário. E o que aconteceu? A população, hoje, fala: nós fizemos e por que o Governo não ajuda? Por que a Prefeitura não ajuda? Nós temos três Prefeituras, temos um Governo e um Governo Federal, mas nada acontece com a fatia mais pobre da população que depende para sobrevivência da alimentação do dia a dia na escola.

Eu gostaria de dizer para vocês que fico muito triste e acredito que todas as APAEs e todas as Pestalozzis estão tristes dessa maneira, porque infelizmente se nós fôssemos uma coisa que desse ibope nacional, que desse ibope estadual, talvez, seríamos atendidos, mas infelizmente nós ganhamos salários de R\$1.000,00, R\$1.200,00, R\$1.100,00, R\$1.020,00, R\$1.030,00 reais. Tem APAE que paga R\$800,00 reais, um salário-mínimo para os profissionais.

Agora, eu pergunto: por que este Auditório está com poucas pessoas? Porque, Deputado, a maioria das APAEs não tem condições de mandar a pessoa para vir aqui hoje. Vossa Excelência pode ter certeza disso! (PALMAS) Porque se as APAEs tivessem condições isto aqui estaria lotado até lá fora, porque só da APAE de Araputanga traríamos vinte ou trinta pessoas.

Eu vou dizer uma coisa para o senhor hoje, as APAEs estão batalhando, lutando e pedindo ajuda para poder chegar aqui, porque a situação é crítica, é caótica. E vou dizer mais uma coisa para o senhor: se o senhor fizer mais uma audiência pública, em agosto ou em setembro, virão quatro ou cinco pessoas aqui, porque a situação ficará pior ainda.

Então, eu gostaria de pedir socorro para todas as Pestalozzis, para todas APAEs do nosso Estado de Mato Grosso.

Nós moramos num Estado produtivo, num Estado que produz; nós moramos num Estado que não tem problema de seca, que não tem problema nenhum. O problema aqui é só boa vontade política de resolver as necessidades das pessoas mais necessitadas do nosso município, do nosso Estado, que são as clientelas das APAEs e das Pestalozzis.

Sr. Deputado, Sr^a Deputada Janaina Riva, pelo amor de Deus, reúnam com a Assembleia Legislativa e batalhem por nós, porque as APAEs estão no último fôlego e acabarão por fechar. este ano acredito que mais de 50%, se não for tomada uma decisão urgente da Assembleia Legislativa, da Justiça de Mato Grosso, do Governo de Mato Grosso, porque a situação é caótica e crítica para todos nós.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Sr. Claudiomiro.

Eu acredito, Sr. Claudomiro, que não chegará nesse ponto. Eu acredito que conseguiremos, sim, sensibilizar o Governo, porque falta sensibilidade, pois dinheiro existe. O dinheiro está carimbado. O que falta é um pouquinho de sensibilidade dele e de, talvez, fazer uma equipe mais ágil, mais rápida - não é Deputada Janaina Riva? - para que desenvolva, desempenhe esse enrosco que tem dentro do Governo.

Mas eu acredito que não chegará nesse extremo que o senhor falou, porque estamos muito atentos aqui, na Assembleia Legislativa. E com esta Audiência Pública, não é Deputada Janaina Riva, cobraremos em todas as sessões, se for possível, para que esse assunto das APAEs seja, sim, concretizado, esses repasses, inclusive os repasses atrasados, para que o Governo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

cumpra com o que está na lei para que vocês possam sobreviver e atender bem essas pessoas que tanto precisam do nosso apoio e da nossa ajuda.

Muito obrigado!

Com a palavra o Sr. Marcílio de Oliveira, Coordenador da Educação Especial da SEDUC.

O SR. MARCÍLIO AUGUSTO DE OLIVEIRA - Eu quero, neste momento, cumprimentar o dispositivo da mesa na pessoa do Exmº Deputado Estadual Zeca Viana, a Exmª Srª Janaina Riva, e em seu nome cumprimento todo dispositivo da mesa, todo dispositivo valoroso desta Audiência Pública; em nome da Professora Ivani eu cumprimento todas as professoras das Pestalozzi do Estado de Mato Grosso; em nome do companheiro Valdomiro, eu quero cumprimentar a Dora, todos os presidentes, diretores, enfim, abnegados das APAEs; e em nome do companheiro Rubinho, que é o nosso Coordenador na Secretaria Adjunta de Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência da Casa Civil, eu quero cumprimentar todas as pessoas com deficiência e todas as autoridades presentes.

Dizer Deputado Zeca Viana, Deputada Janaina Riva, amigos e amigas, que nós, enquanto Secretaria de Estado de Educação, como bem disse a professora Ivani, ao longo das décadas, somos a Secretaria que, de uma forma ou outra, vem atendendo um pouquinho das ações das instituições filantrópicas. Nós sabemos da necessidade de cada APAE, de cada Pestalozzi, de cada instituição neste Estado.

Nós sabemos, Vereador Pedro, o quanto é difícil você lidar com a manutenção das instituições no dia a dia, mas, Deputado Zeca Viana, enquanto funcionário público de carreira, hoje, estando na coordenação da educação especial, temos debatido muito, dialogado muitos com o Secretário Permínio, Secretário Adjunto Gilberto, para que possamos, de fato, ano a ano, Valdomiro, a educação cumprir, cada vez mais, com sua parcela de contribuição com as instituições filantrópicas.

Eu sei que, hoje, o que temos disponível não atende, de fato, a necessidade de vocês, mas é o que conseguimos fazer de acordo com o orçamento que temos na educação.

Nós sabemos, também, que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência, Deputada Janaina Riva, Deputado Zeca Viana, tem que articular e dialogar nesta Casa de Leis, para que possa, de fato, valorizar aquela Secretaria de uma forma mais eficaz. E como valorizar? É colocando orçamento nela. Colocando orçamento naquela Secretaria certamente nós conseguiremos atender mais as APAEs.

Mas para ser breve, Deputado Zeca Viana, Deputada Janaina Riva, eu quero dizer aos senhores que precisa sair uma comissão de Deputados e Secretários, juntamente com o Governador, para que possa fazer com que a Saúde do Estado de Mato Grosso, a Ação Social do Estado de Mato Grosso e Secretarias afins, juntamente com a nossa Secretaria de Educação, dialoguem e partilhem os recursos deste Estado para investir melhor para atender melhor, também, as APAEs e as instituições afins.

Nós sabemos que só a Educação, de fato, Valdomiro, vai ficar atendendo nisso que podemos estar atuando, 10% ao ano de incentivo nas *per capita*s. Nós tentamos este ano... Tinha uma projeção de aumentar 30%, mas, chegou-se à conclusão, por meio da Equipe Econômica, que não teríamos condições de dar 30%, embora entendamos ser necessário.

Finalizando, Deputado Zeca Viana, Vossa Excelência, como âncora desta Audiência Pública, a Deputada Janaina Riva, precisam, de fato, trazer para um diálogo bem próximo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

que a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social-SETAS possam, de fato, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, que já faz seus investimentos nas APAEs e Pestalozzis e nas demais instituições, fazer esse partilhamento dos recursos e certamente teremos dias melhores fazendo isso nas instituições.

Nós concordamos com toda a necessidade, o sofrimento de cada APAE, de cada Pestalozzi. Eu que estava em Alta Floresta, que estive em Sinop, em Campo Novo do Parecis, na semana passada, em Tangará da Serra e em Juína, constamos, de fato, o trabalho valoroso de vocês.

Nós temos, enquanto Coordenadoria de Educação Especial, enquanto SEDUC, esse respeito pelas instituições filantrópicas, porque sem elas estaria pior o atendimento às pessoas com deficiência.

Então, eu quero dizer que vamos continuar dialogando. Este momento foi aberto. Esta Audiência Pública, amigos e amigas, certamente será descentralizada... O Governador, voltando dessa sua viagem com a comitiva, certamente vai sentar com esses Parlamentares, com o Deputado Zeca Viana, com a Deputada Janaina Riva e todos que passaram por aqui e aqueles que também não estiveram aqui... Mas quando é ano de eleição, Deputado Zeca Viana, todo mundo visita uma APAE, uma Pestalozzi para pedir voto à família de deficiente e ao deficiente.

Então, nós queremos que todos os vinte e quatro Deputados desta Casa possam ajudar o Governo do Estado, ajudar as Secretarias a administrar melhor o orçamento deste Estado para que possa investir nessa classe tão penalizada, ao longo dos anos, pela sociedade que não reconhece, de forma eficaz, a importância das APAEs, a importância das Pestalozzis, do Instituto de Cegos, enfim, de todas as instituições deste Estado.

Mas nós temos esse olhar enquanto Educação, até porque se a Educação não tivesse esse olhar estaria perdido. Mas nós temos, certamente, esse respeito por cada uma das APAEs, por cada uma das Pestalozzis, para que possamos continuar dialogando, Deputado Zeca Viana, Deputada Janaina Riva, para que buscar dias melhores.

Certamente, fortalecendo a Secretaria de Promoção e Direito da Pessoa com Deficiência, que está lá na Casa Civil, nós teremos dias melhores.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Marcino, por suas palavras.

Eu quero dizer a você, Marcino, que esses recursos que estamos debatendo aqui não são recursos novos, são recursos que já estão no orçamento e os recursos sobre o valor arrecadado de um Fundo que já existe desde 2013. Então, o difícil seria criar um novo recurso, porque sabemos a dificuldade. Nesse caso, não. Nesse caso é simplesmente repassar sobre aquilo que arrecada de um Fundo que já está em vigência há três anos.

Então, não existe muita dificuldade, é só um pouco mais de interesse do Governo em fazer essa distribuição. Eu não tenho dúvida que aí vai resolver pelo menos grande parte dos maiores problemas das APAEs.

Eu quero chamar o Jair Del Santo para fazer uso da palavra.

Oh, Jair! É você, Jair? Se eu soubesse que era você não iria chamá-lo. (RISOS).

O SR. JAIR DEL SANTO - Agradeço a Deus por estar aqui presente; ao nosso Deputado, o idealizador, que fez acontecer essas entidades APAEs.

Se não me engano, tem 67 APAEs. Os dados que foram falados aqui é que estão fechando as Pestalozzis e todas as entidades que podem estar acontecendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Eu só quero dizer que o nosso objetivo é resgatar vidas. Nós temos orgulho de estar presente na casa do pai. Resgatar vidas é Mato Grosso inteiro. Não é porque tinha 137 polos de reabilitação e não resta nenhum, ou melhor... Aí eu acompanhei até o final a questão da CCJ, a questão da gestão passada, questão que vai citar o Deputado Sebastião Rezende, a questão dos Anais que está esclarecido aqui na Assembleia Legislativa...

Não pode ser uma vergonha total o CRIDAC. Não. Na gestão passada foi feita a Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa, Autarquia, sim ou não, porque os vinte e quatro Deputados têm que ter orgulho de estar presente...

Então, eu quero dizer que aqui tem técnico, está aqui o que passou como Promotor humildemente...

Eu quero dizer, Deputado Zeca Viana, Deputada Janaina Riva, Deputado Oscar Bezerra, nossos Deputados e os componentes da mesa... Desculpem-me, eu não cumprimentei a mesa, os professores, os alunos, enfim, todas essas pessoas...

Chega de lero-lero. Agora vamos à prática, doa a quem doer, porque nós temos que por pingos nos "is". Chega! Chega! Chega de não se fazer presente. O povo está aqui, o povo de mais de mil quilômetros, que tem que ter orgulho por estar presente.

Marcindo, Rubinho, Marcione Mendes, nosso Coordenador da Casa Civil, da educação, de todo lugar.

Eu quero dizer que tem que ter um basta, todos nós temos um dom, mas o Governador tem que ter um basta. Chega!

Dê os 10% - 10%.

Obrigado, Deputado Zeca Viana.

Obrigado, Vereador, todos os Vereadores de Mato Grosso.

Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Jair, pela sua contribuição.

Quero convidar para fazer uso da palavra o Sr. Sebastião Carlos Pim, Diretor de Patrimônio da APAE de Campo Novo do Parecis.

O SR. SEBASTIÃO CARLOS PIM - Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o dispositivo de honra em nome do Deputado Zeca Viana, que eu tive o prazer de conhecer no sábado, na nossa cidade de Campo Novo do Parecis, almoçamos juntos, quando fiquei sabendo, nesse almoço, que teria esta Audiência Pública hoje a respeito das APAEs.

Na realidade eu corri para contar para minha Presidente da APAE, Valdirene Piai, uma grande mulher, lutadora, que luta por aquela entidade. Ela me disse que não poderia estar presente aqui hoje - falei com ela quase à noite -, mas me disse: "Pim, vai ser a mesma coisa de todos os anos. Não vai mudar nada! Vai lá conversa, é um ano político, e vai continuar a mesma coisa. Nós não podemos ir.

Eu a chamo de Nega. Eu falei: Nega, eu vou. Eu vou, sim.

Então hoje aqui eu ouvi muito grito de socorro, de ajuda e digo para vocês que vim atrás de esperança, buscar esperança para os nossos alunos, para os professores daquela entidade, e são tantas entidades aqui, nossos diretores de APAEs estão presentes hoje, conosco lá não é diferente também não.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Temos as nossas deficiências lá. Eles até me falaram em pagar os meus custos e despesa. Como é que paga? Para que pagar? Já está quebrada. Pagar o que mais? Onde estão nossas APAEs? Onde está o nosso dinheiro, nossos patrocinadores?

Em Campo Novo do Parecis nós fazemos grandes eventos, fazemos bingo; fazemos venda de flores; fazemos torneio de futebol para arrecadar recurso para a APAE.

O *Lions Club*, do qual sou Presidente, é parceiro da APAE, também sou Coordenador do Hospital de Câncer na minha cidade, faço um trabalho na ação social bacana e vim aqui justamente como vocês, buscar esperança.

Não vim falar de política, o Deputado Zeca Viana não é da minha sigla partidária, mas acredito nesse cidadão, acredito na sua pessoa, acredito no seu projeto.

Estou aqui pedindo socorro também, mas esperança, viemos buscar esperança para os nossos alunos.

Quero dizer para vocês que somos solidários a esse movimento.

Na nossa APAE de Campo Novo do Parecis também buscamos alunos um dia sim, um dia não, porque não temos espaço para todos. Temos oitenta e cinco alunos, sessenta e cinco são bancados pelo Estado com esse repasse, esse pequeno repasse, e o restante nós bancamos. Estamos com o salário atrasado, com deficiência nos pagamentos, sem condições mais de espaço físico, precisamos de espaço, mas não temos.

Então, eu estou aqui também atrás de esperança, gente.

Eu acho que quando o Deputado fizer um novo chamado, eu ouvi um Presidente de APAE falando que terão apenas quatro, cinco. Não. Vamos trazer as pessoas, vamos buscar, vamos trazer os alunos, vamos trazer a todos aqui, vamos trazer as pessoas.

Prometo para vocês que vou fazer de tudo, vou fazer uma caravana para trazer as pessoas aqui. Eu acho que essa é a solução.

Temos que trazer os alunos, vamos ao Gabinete do Governador levando todo mundo lá.

Vocês têm coragem? Vocês têm coragem de trazer os alunos no Gabinete do Governador?

Eu tenho coragem. Viria empurrando, viria todo mundo. Trazer os pais.

Eu ouvi a Deputada Janaina Riva pedindo desculpas. Não tem que pedir desculpas para nós. É uma vergonha para o Estado. O Governo está faltando com a parte dele.

Não é isso, pessoal?

Deputado, muito obrigado, foi muito bom ter vindo. Eu aprendi bastante. Eu acho que me sensibilizei ainda mais com as causas da APAE. Eu sou sensível a essa causa, mas acho que hoje vou voltar para a minha casa mais fortalecido, triste, mas fortalecido.

Então, Deputado, parabéns pela iniciativa, a todos vocês que vieram de tão longe, bom retorno.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Sr. Sebastião Carlos Pim, pelas suas palavras.

Quero agora convidar a Sr^a Denir Nunes Martins, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A SR^a DENIR NUNES MARTINS - Boa tarde, pessoal!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Quero agradecer ao Deputado Zeca Viana, e na sua pessoa cumprimento todos os demais da mesa, todas as pessoas que estão presentes, Vereadores, Professores, Presidentes das APAEs e Pestalozzis, em nome da Srª Ivani quero agradecer a presença de todos.

Quero falar da importância do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nós trabalhamos há bastante tempo para que esse direito realmente seja prioridade, que priorizemos o direito da pessoa com deficiência, não só das instituições, mas de todas as pessoas com deficiência.

Sabemos que não é fácil! Se para nós, ditos normais, está difícil, imagina para uma pessoa com deficiência, aquela que nasce com deficiência.

Eu sou mãe também, tenho um filho com deficiência. Meu filho tem 23 anos, formado em jornalismo e está há três anos desempregado. Sabemos que é um direito deles serem contratados pelas empresas, mas a sensibilidade está onde? Quem está aqui, presente, sabe: somente quando sentimos na pele, quando temos alguém na nossa família é que nós realmente buscamos esse direito.

Então, Deputado, Vossa Excelência se preocupou, está preocupado com a pessoa com deficiência, voltado para as instituições.

Essa verba é muito importante, esse Fundo é muito importante, não só para as APAEs como para as Pestalozzis e demais instituições que trabalham com pessoas com deficiência, é um trabalho diferenciado, é um trabalho com todo carinho que temos que ter, porque eles aprendem de forma diferente e estamos passando por tanta dificuldade, sabendo que temos esse Fundo, sabendo que temos esse dinheiro. Estava onde? E até agora: nada!

E se ele não tivesse se preocupado? E se o Sr. Deputado, enquanto representante da Assembleia Legislativa, não tivesse essa preocupação, não tivesse descoberto essa verba, esse Fundo?

Há muitas APAEs fechando, muitas APAEs que têm que sair no dia a dia procurando um meio de conseguir se manter de pé, porque sabemos que muitas crianças, muitos alunos dependem da APAE, das Pestalozzis e dessas escolas para poderem sair, para terem um meio social, para terem convívio social, para terem algo diferente, porque muitos são de baixa renda, muitos não têm meio de ir e vir, então está difícil. Nós precisamos sensibilizar todos, precisamos regaçar as mangas, precisamos buscar, precisamos ajudar para que esse fundo realmente não fique só no papel, precisamos nos unir.

Como disse o nosso Vereador, que estava falando agora aqui, Presidente da APAE lá de Campo Novo, se tiver que trazer, se tiver que ir falar com Governador, vamos falar, vamos atrás, vamos buscar o que é de direito das pessoas com deficiência. Nós, enquanto cidadãos, temos que buscar, sim, temos que ajudar, sim, e nós, enquanto Conselho, temos que fazer valer esse direito. As pessoas com deficiência não devem ficar escondidas, não devem ficar desassistidas. Se temos essa verba, vamos buscar, porque não é fácil, gente, não é fácil. A cada dia que passa as coisas estão ficando cada vez mais difíceis e as pessoas com deficiência estão sendo desagregadas, deixadas de lado. Vamos nos unir!

Cadê o pessoal? Já foi a maioria embora. Era para estar cheio aqui hoje, Deputado, era para estar todo mundo aqui unido em prol para que esse fundo não fique apenas no papel. Passou 2014, passou 2015, estamos indo para maio de 2016 e nada!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Então, estou falando aqui em nome do nosso Presidente Amaral, que não está aqui hoje presente por estar doente, com problema de saúde. Mas estou aqui hoje representando-o e representando todos os Conselheiros do nosso município. Pedir para que não fiquemos de boca fechada, para que não fechemos os nossos olhos, porque eles precisam de nós, eles precisam das pessoas que realmente se sensibilizam com esta causa, e esta causa é nobre, mas, se não tivermos realmente pessoas preocupadas, não conseguiremos.

Muito obrigada, Deputado! E não desista! A causa é árdua, mas, quando se une força, ela se torna grande.

Muito obrigada. Que Deus nos abençoe. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Muito obrigado, Denir. Não vamos desistir, não. É um direito de vocês, está previsto na lei, então o que precisamos é só uma palavra de sensibilidade do Governador que vai dar tudo certo. O dinheiro existe, não é um dinheiro novo, eu já falei aqui, mas eu acredito muito que com esta audiência pública, na volta do Governador de sua viagem, ele já vai se sentir na obrigação e no dever de fazer esses repasses imediatamente para as instituições.

Com a palavra, a Professora Fátima Beatriz Hermann, Secretária de Educação do Município de Querência.

A SR^a FÁTIMA BEATRIZ HERMANN - Em nome do Deputado, quero cumprimentar todos que estão à mesa, todos os presentes e agradecer a presença dos que ainda estão aqui conosco.

Eu vi uma frase uma vez que ficou gravada, “APAExonada”. Então, você tem que se apaixonar pela causa, tanto da APAE quanto da PESTALOZZI, enfim, aquelas instituições que atendem pessoas com deficiência. Quando você fala da pessoa com deficiência, você não está falando de uma pessoa com deficiência, você está falando de um ser humano, um ser humano que tem sentimento, que quer amar, que quer ser amado e ser visto na sociedade.

Com isso, nós, enquanto Secretaria de Educação, temos que estar comprometidos também com esses nossos estudantes, porque eles também fazem parte dos nossos alunos da rede municipal, os pais desses meninos, desses alunos, dessas pessoas com deficiência também são munícipes, também pagam seus impostos, também são pais que elegem os prefeitos e os vereadores. Eu não consigo fazer essa separação da APAE e da escola municipal. Pelo contrário, você tem que buscar a APAE, porque eles estão atendendo aqueles alunos que precisam muito mais daqueles dito normais. Porque, quando você pega uma escola municipal, pega um aluno que se diz normal e pega um com deficiência, o que você consegue ver de diferença? Nenhuma! Não existe diferença. Existe a diferença nas pessoas, no entendimento das pessoas.

Mas nós, enquanto professores... Eu também já fui diretora da APAE do Município de Querência, essa APAE nasceu em 2004, agregada à Secretaria Municipal de Educação, num momento em que eu era a Secretária. Saí e logo, assumi a APAE como diretora, professora, e nunca mais abandonei a APAE de Querência, nunca.

Buscamos, sim, parcerias com empresas, com o próprio fórum municipal. As multas que se revertem para o município, nós íamos buscar para a construção e para o atendimento na APAE. Buscamos junto à Secretaria Municipal de Saúde o fonoaudiólogo, o psicólogo e o fisioterapeuta. Nós buscamos as parcerias com o Estado. Buscamos, sim, a cooperação técnica de professores, porque não podemos aceitar que um professor que vai trabalhar numa APAE, com uma criança especial ou com uma pessoa especial, ganhe oitocentos reais, oitocentos e oitenta reais, um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

salário mínimo, ou ganhe mil reais. Não podemos aceitar! Nós temos que ter carreira. Ou ele tem que estar no quadro de professores municipais ou no de professores estaduais.

Por que ele tem que ganhar oitocentos reais ou mil reais? Devido ao fato de que ele trabalha com uma pessoa com deficiência? Por que ele tem que se dedicar com alma, com coração e com emoção? É impossível. É por isso que nós temos que juntar as forças, sim, e Vereadores, Prefeitos, Governador e Deputados trabalharemos juntos pela causa.

Enquanto nós não fizermos essa força juntos - tem uma frase que fala assim: “juntos seremos mais fortes” -, nós vamos deixar muito tempo a desejar, vamos sempre deixar as coisas caminharem sem rumo. Nós temos na Prefeitura Municipal um repasse autorizado pela Câmara Municipal de quatro mil reais, que foi colocado no Orçamento, e esse recurso vai pagar energia, vai pagar água, vai pagar aquelas despesas gerais, além de profissionais cedidos também.

Então, nós temos que juntos, sim, Deputado, buscar esse recurso e dividi-lo entre as APAEs e Pestalozzis, enfim, entre todas as instituições. Nós, enquanto professores, bem como os Secretários, tínhamos que estar aqui presentes. Os Secretários também têm que se comprometer com as APAEs ou com as Pestalozzis dos municípios.

Era isso.

Era apenas um desabafo, porque eu fiquei lá assuntado, escutando e pensei: gente, não pode ser assim, nós não podemos dizer isso é do Estado, isso é da União e isso é do município, não. Essa causa é nossa e ela é muito nobre.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Muito obrigada, Secretária. Eu acho que é mais do que justa e é uma causa nobre de todos nós. E nós sabemos da luta de vocês pela causa.

Eu quero chamar para falar a Srª Doracy Gomes Nonato, Presidente da APAE do Município de Mirassol d'Oeste.

A SRª DORACY GOMES NONATO - Eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Zeca Viana e cumprimentar todos os companheiros e companheiras, a família apaeana mato-grossense, que é uma família grande, que é uma família que luta e também todas as Pestalozzis e demais instituições que cuidam das pessoas com deficiência.

Eu fico me perguntando: por que os governantes não se preocupam com as pessoas deficientes? Por que eles não se preocupam com as pessoas deficientes?

Quando esta Casa aprova uma lei em benefício a essa pessoa, que é o caso da lei de autoria do Deputado Zeca Viana, essa lei não é respeitada por quê?

Fica aqui registrada a minha indignação e tristeza, porque eu estou no movimento apaeano desde 1983. Já participei. Já fui Presidente da Federação do Estado; já fui primeira Diretora, Secretária da Federação Nacional por oito anos e sou uma batalhadora na defesa de direitos da pessoa com deficiência. Eu luto por isso. Esse descaso, essa omissão, dos nossos governantes não dá para aceitar. Por que não dá para aceitar? Porque nós estamos realizando um trabalho que é, também, de responsabilidade do nosso governo. Nós estamos realizando esse trabalho e, diga-se de passagem, um trabalho eficiente. Nós lutamos pela eficiência do nosso trabalho. Todos nós damos o melhor para que os nossos alunos possam aprender, se integrar na sociedade e fazer parte desse mundo que é deles.

E quando o Vereador de Castanheira perguntou: “O que está faltando para o nosso Governo repassar esse dinheiro?”. Tudo já está acertado. Legalmente tudo correto. Eu tenho a resposta: O que falta é respeito com a pessoa portadora de deficiência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Muito obrigado, Dona Doracy.

Infelizmente é isso, Dona Doracy! A senhora falou tudo com poucas palavras.

Eu aqui não posso... Não é que não posso. Eu não quero ficar criticando muito o Governo, porque eu já sou o patinho feio do Governo, mas vocês estão fazendo o papel de vocês e esse chamamento para virem aqui é exatamente por causa disso. É para falar o sentimento que vocês têm da ação desse Governo.

E a senhora falou tudo aqui. Falta realmente respeito com as pessoas.

Um Governo que eu acompanhei por quatro anos antes da eleição e falávamos muito em respeito às pessoas. O Governador Pedro Taques falava muito: “Tem que cuidar de gente, de gente.”. Infelizmente parece que houve um branco na memória dele, mas ele vai recuperá-la, se Deus quiser.

Com a palavra o Sr. Rogério Gatto, Presidente da APAE de Sorriso. (PALMAS)

O SR. ROGÉRIO GATTO - Boa tarde, Deputado Zeca Viana!

Em seu nome eu cumprimento toda a mesa.

Também, gostaria de cumprimentar os demais diretores das APAEs e Pestalozzis; demais instituições que aqui estão representadas.

A situação da APAE de Sorriso não é diferente das que o pessoal falou. A dificuldade de dinheiro é a principal. O nosso custo essencialmente é funcionário. Então, o que mais pesa é funcionário.

A previsão de custo da parte de Sorriso para é em torno de um milhão e oitocentos mil reais, sendo que desses um milhão e duzentos mil são com funcionários. São pessoas dedicadas. A maioria das pessoas é especialista. Nós temos fisioterapeuta, temos fonoaudióloga, psicólogo. Então, são pessoas que trabalham bastante e ganham pouco. A maioria já sabe que o salário não é o que deveria ser para essas pessoas que dedicam todo esse tempo, porque elas gostam da APAE, elas são apaixonadas pela APAE e prestam esse serviço lá. Se elas fossem depender do salário, em qualquer lugar que fossem trabalhar teriam um salário ou igual ou maior que esse. Então, é por essas pessoas serem apaixonadas.

Outro ponto que quero ressaltar aqui é que, além desses um milhão e duzentos mil reais que gastamos com esses funcionários, nós gastamos mais de duzentos e quarenta mil com encargos.

Então, a APAE é uma instituição que padece de dinheiro, que depende muito da pessoa privada, de doações para se manter e, ainda, temos que desembolsar duzentos e quarenta mil ao ano para pagar encargo.

Então, este é outro ponto que eu gostaria de levantar aqui, Deputado, essa questão que a APAE, como qualquer outra instituição privada, paga imposto do mesmo jeito. Não tem um benefício sequer nessa base, também.

Eu quero agradecer ao senhor, porque é bom sabermos que há pessoas dedicadas em correr atrás de recursos para as APAEs.

E, também, quero levar a discussão para um lado um pouco mais prático: onde está esse dinheiro? Qual é a forma que podemos cobrar? Pelo o que eu entendi esse dinheiro não está locado na Secretaria de Educação, não é da Secretaria de Educação. Ele foi coletado da erradicação, do meio de transporte. Eu vi que o pessoal falou alguma coisa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Então, eu queria mais uma base assim: onde nós podemos ajudar? Onde nós podemos conseguir cobrar? Nós temos que mandar um projeto? Nós temos que vir ao Governo fazer mais pressão? Porque vamos para o meio prático como a Wélyda falou. Nós precisamos agora...

As mágoas são grandes; todos estão necessitados, mas vamos ver o que podemos fazer para resolver, onde podemos ajudar mais o senhor na cobrança desse valor, se será em forma de projeto, como vamos arrecadar esse recurso. Porque nós sabemos que a burocracia no Brasil existe e tem que ter um processo para se fazer essa arrecadação. Então, gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa parte, também.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Essa arrecadação já existe. A Secretaria que coordena esse fundo é a SETAS. Essa arrecadação está inclusa na arrecadação do Fundo de Erradicação da Pobreza que venho cobrando desde 2013, se não me engano... Como? Em 2014 começou a cobrar.

Então, o que foi essa cobrança? O que nós fizemos? Para aprovar esse fundo nós aprovamos um aumento de impostos dos produtos que achávamos que eram supérfluos. E esse dinheiro vai para um fundo ligado à SETAS-Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Então, esse dinheiro está lá. Esse dinheiro já está arrecadado, já está lá. O que está faltando fazer são esses repasses. E esses repasses o que dá para eu entender, mais ou menos? Que nós não fizemos esses cálculos. Nós temos em torno de oitenta, oitenta e quatro APAEs, sessenta e três APAEs... É sessenta e três! Então, você pega: se arrecadou dez milhões de reais você vai dividir provavelmente por aluno. Tem uma APAE que tem cento e cinquenta aluno ela vai receber mais que uma APAE que tem sessenta alunos. Então, vai ser dividido por alunos. É só o Governo fazer essa divisão e fazer o repasse para cada instituição. Não tem mais o que regulamentá-la. Já está pronto. Está ali bem explícito. O que precisa é o Governo pegar e fazer o cálculo de tantos alunos de Sorriso, tantos alunos de Lucas do Rio Verde, tantos alunos de Sinop e fazer os repasses, dividindo pelo que... Nós não sabemos quanto que arrecada no total por ano. Por isso, nós estipulamos uma porcentagem e em cima dessa porcentagem ele faz as divisões mensais.

O SR. ROGÉRIO GATTO - Obrigado, Deputado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, meu amigo, pelas palavras.

Mas vocês podem procurar a Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS que está lá esse recurso.

Com a palavra, a Sr^a Zilda Orlando Paduan, Secretária Administrativa da APAE do Município de Tangará da Serra.

A SR^a ZILDA ORLANDO PADUAN - Eu quero cumprimentar o nobre Deputado Zeca Viana e os demais aqui presentes, autoridades.

Em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo, Deputado Zeca Viana, pela sua iniciativa

Como todos que já passaram por aqui, eu também venho registrar a nossa indignação.

Vejam bem, eu estou representando uma APAE que hoje atende 277 (duzentos setenta e sete) alunos. Nós recebemos do Estado por duzentos e quinze apenas. Hoje nós temos o nosso orçamento/ano que chega a dois milhões de reais e recebemos de repasse do município, Estado e Federação, um milhão e trezentos mil reais. Então, temos que correr muito.

Eu sou a pessoa que administra esses recursos dentro da APAE e quero dizer a Vossa Excelência o quanto é sofrido, porque tenho que conviver com essa dificuldade noite e dia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Muitas vezes tenho que cortar e dizer aos professores, que têm um projeto bonito com os alunos: não tenho verba. Então, cada dia é uma preocupação. Eu vou para casa pensando como fazer para fazer aquele dinheiro render e é revoltante.

A nossa APAE este ano completa 32 anos no Estado de Mato Grosso. E para que consigamos esse convênio do Estado, este ano está sendo humilhante. São tantos documentos! Sabendo que estamos ali com as prestações de contas todas exatas, todas aprovadas. No entanto, aprovou-se essa documentação, vem outra e mais outra certidão e cada dia... Nós estamos entrando no mês de maio e não temos esse dinheiro do Estado para pagar os profissionais.

Isso é indignante! Porque, meu Deus, nós estamos aí prestando um serviço a trinta dois anos dentro do Estado. Estar ali no mesmo lugar com documentação tudo comprovando e temos APAEs onde os professores não receberam nada ainda.

Então, eu venho registra a nossa indignação, porque nós precisamos de homens como o senhor dentro da nossa sociedade para levantar essa causa, porque é uma causa nobre, como todos já colocamos aqui. E se não nos unirmos, nos dermos as mãos e partirmos para cima - eu estou com o pessoal de Sorriso aqui - quero saber como vamos colocar a mão nisso daqui, porque falar nós já estamos revoltados e queremos agora agir. Então, estamos aqui. Como é que vamos colocar a mão nisso daí? Precisamos, realmente...

Tudo que o senhor convocar: “venham e tragam os alunos, tragam os professores e todo mundo que vocês puderem”, estaremos aqui.

Chegou o momento que não dá mais para nos calarmos, porque é muito humilhante, é muito revoltante.

Então, nós temos uma APAE muito grande, com um número muito grande de alunos e eu vejo a preocupação como os demais: até quando nós vamos conseguir deixar ela aberta?

Muito obrigada a todos! Parabenizo o Deputado por esta brilhante iniciativa.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Zilda! Conte conosco. No puder nós pudermos ser úteis, estamos à disposição.

Com a palavra a Sr^a Maria Ester Ferreira Dias Sales, Técnica do Conselho Municipal do Direito das Pessoas com Deficiência.

A SR^a MARIA ESTER FERREIRA DIAS SALES - Boa tarde, Deputado!

Vocês vão entender o significado de eu falar fora do microfone. O meu companheiro Marcino, ali, pode me localizar onde estou.

Deputado, em sua presença, agradeço a sua Assessoria que procurou o Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência do Município de Cuiabá, e eu já deixo o chamado a todos os outros municípios, que aqui estão, que não têm Conselho Municipal, que procurem o seu Prefeito; que procure a Secretaria de Ação Social; que procure os Deputados que vocês elegeram para que criem um Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência, porque só assim, como vocês mesmo falaram, que todos reunidos, todos juntos, podemos mais.

A nova Convenção da ONU nos diz o seguinte: “Nada sobre nós, sem nós”. Quando vocês forem fazer alguma coisa para a pessoa com deficiência, chame as pessoas com deficiência para a construção desse trabalho.

A sua iniciativa, Deputado, é interessante e de grande relevância às pessoas com deficiência, porque nós, enquanto Conselho, temos todos os tipos de deficiência, cadastrada ou não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

cadastrada no Conselho. Todos os tipos de denúncia possível e impossível que o senhor possa imaginar, Deputado, nós recebemos no Conselho.

Esse Conselho, por meio da nossa Promotora, a Dr^a Salete, que faz um trabalho muito bom, um trabalho muito eficaz, é que nos dá esse amparo legal para realmente os direitos da pessoa com deficiência ser garantido. Porque leis, Deputado, nós temos bastante, muito mesmo. Então, nós temos que fazer valer esses direitos.

E por meio das associações, das APAEs, das Pestalozzis, da FCD, do Instituto dos Cegos, da AMC, da Espinha Bífida, de todas as Associações, do CEMP, que estiveram aqui, Deputado, não mediram esforços para trazer os seus alunatos, as Pestalozzis, as APAEs, todas as instituições.

Nós temos cadastrado no Conselho Municipal de Direito da Pessoa com Deficiência dezenove, fora as que estão aí sem cadastrar, mas já estão na fila para ser cadastrado dentro do Conselho, porque, por meio do Conselho, nós podemos trabalhar as leis para fazer garantir, sim, os direitos.

Então, eu fico aqui pensando: será que lá nos Municípios de Tangará da Serra, de Sorriso, de Sinop e de Castanheira já existe um Conselho Municipal de Direito da Pessoa com Deficiência? Se existe, parabéns para vocês! Mas se não existe, vamos criar, porque aí, então, vocês podem, por meio do Conselho, por meio do Conselho, por meio da Associação, ganhar força junto ao Deputado, a esta Casa que também é a sua casa, fazer valer esse direito.

Deputado, eu fiquei muito contente com a chamada para esta Audiência Pública e gostaria muito que todos os Deputados estivessem juntos com o senhor, porque juntos somos mais fortes, mas não fique triste, não, Deputado, porque as pessoas com deficiência têm pai, têm mãe, têm uma família e essa família está com o senhor, e é através dessa família que nós vamos efetivar realmente os direitos.

Então, Deputado, fica aqui o nosso abraço.

De antemão, quero falar para o senhor que o nosso Presidente Antônio de Souza Amaral encontra-se afastado por motivos de saúde, não está nem no Estado de Mato Grosso, está fora, mas deixo um abraço dele para o senhor e deixo o Conselho à disposição, não só desta Casa, mas de todo o município de Cuiabá e demais, de todo o Estado de Mato Grosso.

Eu penso assim: por que a técnica vai falar? Vou falar, sim. Sabem por quê? Porque eu sou mãe de uma pessoa com deficiência, também sou cidadã e tenho direitos, não só como técnica, mas também como mãe de uma pessoa com deficiência.

O meu filho atualmente tem dezesseis anos, meu filho tem Síndrome de *Down*. Então, eu venho lutando, porque nós lutamos com muito preconceito, Deputado. É muito cruel. Nós lutamos com muito preconceito.

Essa minha luta começou quando o meu filho nasceu, há dezesseis anos, e eu fui buscar conhecimento e fui lutar. Comecei no Centro de Intervenção Precoce do Estado de São Paulo, na cidade de Osasco. Depois fui para USP, e assim fui.

Nunca mais parei, Deputado, mas não para ver o próprio umbigo do meu filho, não. Eu fui, sim, lutar para todas as pessoas com deficiência. Luto, sempre lutei, vou continuar lutando.

Do que depender do Conselho, da minha pessoa, estamos à disposição.

Muito obrigada pela disposição, muito obrigada pela oportunidade e obrigada pelo convite ao Conselho (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Obrigado, Maria Ester.

Não há mais orador inscrito.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos, o esforço de todos para participar desta Audiência Pública. Isso mostra e me dá mais força nesta Casa para ficar lutando pelos direitos de todos nós, porque não é só de vocês, não é só das pessoas com deficiência.

Eu debati muito quando estávamos criando esse Fundo de Erradicação da Pobreza, porque eu queria saber o direcionamento, como é que seria a distribuição desse Fundo. Relutei, relutei, mas fui voto vencido. Acabou passando sem acatar as minhas proposituras.

Depois que o ex-Governador sancionou, coloquei uma emenda retirando esses 10%, porque eu convivo muito com as APAES e sei das dificuldades das APAES.

Eu cheguei a ser questionado dentro da Assembleia Legislativa com o argumento de que as APAES não eram uma instituição que trabalhava com as pessoas pobres, que não precisavam do Fundo de Erradicação à Pobreza.

Estou falando isso para as senhoras e os senhores veem o tamanho da ignorância de pessoas que nós temos dentro do Governo num todo. Mas, com muita luta, conseguimos, graças a Deus, fazer com que aprovasse.

Agora estamos em mais uma luta para que esse dinheiro seja repassado. Mas quero dizer a vocês que já estamos chegando ao final. Não tem mais como o Governo deixar de repassar esses recursos.

De certo modo fico feliz por entender que a minha ação será muito benéfica para as instituições; por outro lado, fico triste por ouvir vários presidentes dizendo que vão fechar por causa das dificuldades que têm.

Sabemos dessas dificuldades porque vemos que se não fossem os voluntários já teriam muitas APAES fechadas. Então, esses recursos, esses 10%, não vão resolver os problemas das APAES, mas vão suprir essa deficiência que vocês têm no momento e vocês vão poder dar continuidade às APAES, tratando bem desses alunos, desses seres humanos que vocês cuidam muito bem, que vocês têm o dom para cuidar, porque pessoa que cuida tem que ter dom, não é qualquer pessoa que cuida de alunos com deficiência da forma que vocês cuidam.

Então, eu quero parabenizar vocês. Não sou eu não. Estou fazendo o meu papel de legislador, tentando entender uma parte da sociedade e das necessidades que existem, que exigem uma presença maior do Governo.

Então, eu sou mais um aqui dentro, mas estou muito atento a esses assuntos, que são de grande relevância para a sociedade mato-grossense.

Eu sei que as coisas estão difíceis, mas se só pensarmos em dificuldade não vamos a lugar nenhum. Nós temos que pensar em superação, e vamos superar, se Deus quiser, essa batalha.

Espero que não tenhamos mais necessidade de convocar outra Audiência Pública.

Vou agora fazer um requerimento para o Secretário pedindo para que ele nos esclareça, o mais rápido possível, como é que ele efetuará esses repasses e quando vai começar.

Usando esta Audiência Pública, e a Promotora estava aqui, para que façamos, juntamente com o Ministério Público, um TAC para que este Governo solucione esse problema o mais rápido possível.

Encerrando esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O CUMPRIMENTO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 527, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, BEM COMO O
DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.311/2015, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2016, ÀS 14H.

Convido os presentes para que, em posição de respeito, cantemos o Hino de Mato Grosso.

(O HINO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA VIANA) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França.